



PROGRAMA DE FORMAÇÃO SINDICAL ORGANIZAÇÃO SINDICAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL



**Módulo
II**

CUT: TRAJETÓRIA E DESAFIOS



Rede Estadual de Formação da CUT-SP





Rua Dona Brígida, 299
Vila Mariana - São Paulo - SP
CEP: 04111-080
Telefone: (11) 5084-2131
E-mail: escolasp@uol.com.br
Site: escolasp.org.br



Rua Caetano Pinto, 575
Brás - São Paulo - SP
CEP: 03041-000
Telefone: (11) 2108-9200
E-mail: formacao@cutsp.org.br
Site: cutsp.org.br



Sindicato dos Químicos do ABC

Av. Lino Jardim, 401
Vila Bastos - Santo André - SP
CEP: 09041-030
Telefone: (11) 4433-5800
E-mail:
formacao@quimicosabc.org.br
Site: quimicosabc.org.br



**Sindicato dos Bancários e Financeiros
de São Paulo, Osasco e Região CUT**

Rua São Bento, 413
São Paulo - SP
CEP: 01011-100
Telefone: (11) 3188-5200
Email:
sindicato@spbancarios.com.br
Site: spbancarios.org.br





PROGRAMA DE FORMAÇÃO SINDICAL
ORGANIZAÇÃO SINDICAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

CUT: TRAJETÓRIA E DESAFIOS

MÓDULO II
outubro/2007

Equipe de Educadores do Programa de Formação: Organização Sindical e Desenvolvimento Local

Educadores(as) dirigentes e militantes sindicais

Ana Lúcia Ramos Pinto
Carlos Tadeu Vilanova
Cilene Almeida Barreto
Deise Capelozza
Delourdes Aparecida Ferreira
Eduardo Teixeira
Francisco de Paula Ferreira
Inês Granada Pedro
Jaime Izidoro
Luciana Geremias
Luiz Henrique Cerdas Ruiz
Márcia Cristina Ceregato
Maria Aparecida de Deus
Cornaccini
Mônica Rochedo
Roberto Barros Fouto
Robson Ramalho Franco
Rosângela Briet
Sônia Maria Maciel
Sueli A. F. dos Santos
Vítor Machado
Wilson Sampson

Educadores(as) assessores

João Carlos Andrade (CUT-SP)
Josenildo Galdino de Melo (Sindicato Químicos ABC)
Luiz Rodrigues (CUT-SP)
Márcia Pinatti (Sinergia - CUT)
Marli Martins de Oliveira (CUT-SP)
Newton Virando Basile (Sindsaúde - SP)

Educadoras da Escola Sindical São Paulo - CUT

Ana Paula Melli
(Coordenadora do Programa Organização Sindical e Desenvolvimento Local)
Karin Lucas
Lenir Viscovini
Marluse Castro Maciel
Neide Verão

Apoio Pedagógico

Helanne Aparecida Pereira
Maria de Lourdes Inês Oña

Equipe responsável pela publicação

Título da Publicação

Programa de Formação Sindical:
Organização Sindical e
Desenvolvimento Local
Módulo II - CUT: Trajetória e
Desafios

Autores

Ana Paula Melli
Helio da Costa
Lenir Viscovini

Projeto Gráfico/ Diagramação:

Maria Cristina Colameo
Sindicato dos Químicos do ABC

Foto de Capa:

Assembléia no estádio de Vila
Euclides - São Bernardo do
Campo -/SP - 1980
Retirada do site: www.
abcdeluta.org.br

Impressão e CTP:

Bangraf

Tiragem:

1000 exemplares

Escola Sindical São Paulo

Coordenação

Coordenador Geral

Carlos Tadeu Vilanova

Coordenador Administrativo

Maria Cristina Corral

Coordenador de Formação

Helio da Costa

Equipe de Educadores(as)

Ana Paula Melli
Elaine Oliveira Teixeira
Ernani Fernandes Moreira

Helio da Costa
Karin Lucas
Lenir Viscovini
Marilane Oliveira Teixeira
Mario Henrique Guedes Ladosky
Marluse Castro Maciel
Michel Adriano Szurkalo
Neide dos Santos Verão
William Nozaki

Apoio Pedagógico

Helanne Aparecida Pereira
Maria de Lourdes Inês Oña

Apoio Administrativo

Clarice Maria de Melo
Elaine Neres de Oliveira
Selma Souza Mares

Conselho Político

Carlos Tadeu Vilanova
Secretário de Formação - CUT
São Paulo

Maria Cristina Corral
Sindicato dos Bancários de São
Paulo

Hélio da Costa
Escola Sindical São Paulo-CUT

Itamar Jose Rodrigues Sanches
Sindicato dos Petroleiros
Unificado de São Paulo

Carlos Ramiro de Castro
APEOESP

Maria Aparecida de Deus
Cornacine
SINDSAUDE

Tarcisio Secoli
Sindicato dos Metalúrgicos do
ABC

Aparecido Donizete da Silva
Confederação Nacional do
Ramo Químico - CNQ-CUT

André Luis Rodrigues
Sindicato dos Bancários de São
Paulo

José Celestino Lourenço
Central Única dos
Trabalhadores - CUT Nacional

Edilson de Paula Oliveira
Central Única dos
Trabalhadores CUT- São Paulo

Adi dos Santos Lima
Sindicato dos Metalúrgicos do
ABC

Deusdete José das Virgens
Sindicato dos Químicos de São
Paulo

Rodolfo Morette
Sindicato dos Químicos do
ABC

Jose Luiz Zetula
SINERGIA

Leandro Valquer Justino Leite de
Oliveira
Sindicato dos Municipais de
São Paulo



Direção Executiva Estadual da CUT

Presidente
Edilson de Paula Oliveira

Vice-Presidente
Gilda Almeida

Secretário-Geral
Adi dos Santos Lima

Tesoureiro
Ariovaldo de Camargo

1ª Tesoureira
Lucinei Paes Lima

**Secretaria de
Políticas Sindicais**
Elisabeth Carlos da Motta

**Secretaria de
Formação**
Carlos Tadeu Vilanova

**Secretaria de
Imprensa**
Daniel Reis

**Secretaria de
Políticas Sociais**
Marcos Roberto Emílio

**Secretaria de
Organização**
Flávio de Souza Gomes

**Secretaria de
Mulheres**
Francisca Trajano dos Santos

SUPLENTES DA EXECUTIVA

Francisco de Assis Ferreira
Sebastião Geraldo Cardozo
Solange Aparecida Caetano

DIREÇÃO EFETIVA

Aparecido Donizeti da Silva
Maria Izabel da Silva
Helifax Pinto de Souza
Sonia Auxiliadora V. Silva
Milson Antunes Pereira
João Batista Gomes
Wilson Marques de Almeida

SUPLENTES DA DIREÇÃO

Ramatis Jacino
Claudeonor Neves da Silva
Roberto B. Mateus Fouto
Cilene Maria Obici
Francisco Wagner Monteiro
Rogério Santa Rosa
Eduardo Teixeira Alves
José Vicente F. da Silva
Gerson Carlos Pereira
Ana Maria Machado Rapini
Paulo Eduardo Bellucci
Francisco José N.da Silva
Rubens Germano
Waldiney José Biz
Marcos Antonio Aleixo

Sindicatos que contribuem para o auto-sustentável

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

SINDSAÚDE – Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo

SINDSAÚDE – Guarulhos

SINERGIA – Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Mogi Mirim

Sinsexpro – Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo

Sindicato dos Bancários de Limeira

Sindicato dos Bancários de Jundiá e Região

Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

Sindicato dos Papeleiros de Jacareí

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Editoras de Livros, Publicações Culturais e Categorias Afins do Estado de São Paulo

Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo e Região

Sindicato dos Químicos do ABC

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Ipaussú e Região

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Sorocaba e Região

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de SBC e Diadema

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção São Bernardo do Campo



SUMÁRIO

Apresentação	7
Introdução	8
Parte I - Os Novos Movimentos Sociais no Brasil: anos 70 e 80	9
Parte II – As Origens do Novo Sindicalismo	15
Parte III – O Novo Sindicalismo e as Greves que Mudaram a Cara do País.....	23
Parte IV – As Articulações Sindicais e a Fundação da CUT.....	33
Parte V – A Fundação da CUT	39
Anexos	46
Congressos da CUT	47
Letras de Música	62
Filmografia	66
Fotos	71

Apresentação

Mais uma vez, é com muita satisfação que a Rede Estadual de Formação da CUT-São Paulo coloca à disposição dos militantes, assessores e dirigentes dos sindicatos cutistas o Caderno – *CUT: Trajetória e Desafios*, que servirá de subsídio ao segundo módulo do Programa de Formação Sindical: Organização Sindical e Desenvolvimento Local.

Para a CUT-SP, este é um programa estratégico porque atinge dirigentes de todos os estados de São Paulo, em especial os dirigentes que atuam de forma localizada em suas regiões e não têm disponibilidade de participar dos cursos centralizados. Além disso, envolve as subseções da CUT-SP no processo de organização, mobilização e desenvolvimento das atividades formativas, proporcionando uma organicidade concreta entre a Rede de Formação, as realidades locais e o projeto político-organizativo da CUT.

Outro aspecto que é fundamental é o fato deste programa ser desenvolvido pelo coletivo de educadores-militantes sob a supervisão pedagógica da Escola Sindical São Paulo. Estes dirigentes e assessores sindicais que assumiram a tarefa da formação como mais uma ferramenta de organização sindical é que dão ainda mais organicidade ao Programa Organização Sindical e Desenvolvimento Local, de tal modo que conseguimos envolver na realização do módulo I, cerca de 300 dirigentes sindicais em 12 subseções da CUT/SP.

O sucesso do programa em parte se deve à grande dedicação destes educadores militantes, sem o qual não teríamos como realizá-lo, tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo.

Há ainda um outro aspecto de fundamental importância, que é a participação solidária dos sindicatos no plano de auto-sustentação financeira da formação sindical. É com este recurso que viabilizamos os custos do Programa de Formação Sindical: Organização Sindical e Desenvolvimento Local. Mais uma vez, gostaríamos de ressaltar a importância de um maior número de sindicatos aderirem ao plano de auto-sustentação, para que possamos ampliar a capacidade de atendimento as demandas das subseções.

Por fim, gostaríamos de agradecer especialmente ao Sindicato dos Químicos do ABC e ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região pela viabilização do Caderno 2.

Saudações CUTistas

Carlos Tadeu Vilanova
Secretário de Formação da CUT-SP
Coordenador Geral da Escola Sindical São Paulo - CUT

Introdução

 caderno *CUT: Trajetória e Desafios* têm como objetivo subsidiar o segundo módulo do Programa de Formação Sindical: Organização Sindical e Desenvolvimento Local. Desta forma, os participantes do curso terão todos os textos, que serão utilizados como recurso pedagógico, para o desenvolvimento das atividades.

A publicação está organizada em cinco partes. A primeira aborda a reorganização dos movimentos sociais no Brasil, em plena ditadura militar, quando todos os espaços oficiais e institucionais estavam fechados. Este primeiro momento é fundamental para compreendermos quais foram as forças políticas que deram base para as mudanças históricas que os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras protagonizaram.

A segunda parte trata da aproximação dos movimentos sociais ao movimento sindical, como estratégia de aprofundamento dos movimentos que buscavam as mudanças na sociedade autoritária.

A terceira parte destaca a importância das greves acontecidas entre os metalúrgicos do ABC em 1979 e 1980, procurando mostrar como estas trouxeram novidades organizativas, que mais tarde seriam incorporadas pelos princípios cutistas de ação sindical.

A quarta parte mostra quais foram os debates e disputas no sindicalismo brasileiro para a fundação de uma central sindical que unificasse todas as lutas das diversas categorias no Brasil, que no início da década de 1980 se expandiu entre funcionários públicos, bancários, químicos e várias outras categorias.

A parte cinco do Caderno II retrata como se deu, de fato, a fundação de nossa central sindical, a CUT.

Desta forma, o objetivo é compreender como foi o processo de construção de nossa central, quais seus desafios históricos e atuais e de forma definitiva incorporar na prática, a famosa expressão sindical: “A CUT somos nós, nossa força e nossa voz!”.

Ao final, selecionamos algumas letras de músicas, filmes e fotografias que nos dão a oportunidade de vivenciar uma época, que foi tão importante para a história brasileira e que marca ainda hoje, a vida dos dirigentes e militantes sindicais cutistas.

Saudações CUTistas e boa leitura!
Os autores



PARTE I

**OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS:
ANOS 1970 E 1980 NO BRASIL**



“...nenhum modo de produção, nenhuma ordem social dominante e portanto nenhuma cultura dominante, nunca, na realidade, inclui ou esgota toda a prática humana, toda a energia humana e toda a intenção humana”.

Raymond Williams

O período dos anos setenta no Brasil, como sabemos, não era propício para ações políticas, nem individuais, tampouco coletivas. Vivíamos em plena ditadura militar instaurada no país em 1964 que impôs um regime ditatorial onde imperava a força da repressão política sobre as formas de liberdade humana. Mas é justamente neste período - segunda metade dos anos setenta - que emergem na sociedade brasileira diversos movimentos sociais. Eram movimentos populares que não constituíam sujeitos políticos homogêneos, ao contrário, se caracterizavam pela heterogeneidade e diversidade e reivindicavam inúmeras causas. Essas reivindicações que definiam coletividades passavam pelas lutas travadas pelos sindicatos, pelos moradores de bairros, pelas mulheres, pelos negros, pelas comunidades de base ligadas a igreja, pelos índios, pelos trabalhadores rurais, etc. As causas em torno das quais tais movimentos se estruturaram eram:

- direito a liberdade e autonomia dos sindicatos,
- direito a greve
- direito a igualdade de condições para mulheres trabalhadoras
- direito a moradia
- direito a creches
- direito a saúde
- direito a distribuição das terras aos sem-terras
- direito a educação, etc.

Devido a sua forma autônoma de organização coletiva, que os distinguiu de outros períodos da história, foram logo chamados de “novos movimentos sociais”. É possível dividir a chegada dos novos movimentos populares entre aqueles que surgiram nos anos setenta onde os sujeitos desses movimentos se constituíam por grupos de operários fabris e grupos de moradores de bairros, e aqueles que surgem na década de oitenta, grupos estes que já tinham trajetórias em períodos anteriores, como o movimento de mulheres, o movimento negro e os movimentos rurais e indígenas. Em todos eles foi possível identificar “um sentido inovador” que de acordo com Paoli (1995: 31) tinha por objetivo construir novas referências para a sociedade “em relação à singularidade de diferentes condições sociais antes anônimas como dimensão política”. Estes segmentos ou grupos, cada qual a seu modo, - mas todos organizados de forma autônoma - vão criar espaços coletivos para discutir suas necessidades e interesses que irão influenciar e alterar a dinâmica da sociedade.

Esses movimentos populares ao reivindicarem, protestarem e atuarem não expressavam apenas uma reação contra a ditadura; resumir as suas ações a esta reação seria desconsiderar o caráter reivindicativo e de exigência ao atendimento de suas necessidades concretas e deixar de lado a luta pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios econômicos; a ação dos movimentos era forte naquilo que expressavam enquanto interesses e necessidades econômicas e políticas.

Você vivenciou, ou conhece alguém que vivenciou esta época?
Relate o que sabe a respeito.

CARVALHO, Maria do Carmo. *Participação Social no Brasil hoje. Papers Polis, nº 2, 1998.*

DURHAM, Eunice. *Movimentos sociais – a construção da cidadania, Novos Estudos Cebrap, nº 1, outubro, 1984.*

PAOLI, Maria Célia. “*Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*”, in Michaela Helmann (org), *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil, São Paulo: Marco Zero, 1995.*

NOVOS SUJEITOS E NOVAS PRÁTICAS POLÍTICO-CULTURAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O que caracteriza e define os novos movimentos da década de setenta é o que designou Sader (1995:143,144) como sendo “novas configurações sociais assumidas pelos trabalhadores” através de “novos padrões de ação coletiva” e o que permitiria falar na “emergência de novos sujeitos”. Sader, analisando as experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo entre 1970 e 1980, identifica que nas lutas sociais deste período os sujeitos envolvidos elaboravam representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos e para essas reelaborações recorriam a matrizes discursivas constituídas, de onde extraíam referências para a prática cotidiana. Para o autor, pode-se identificar na década de setenta a presença de “três agências” ou “centros de elaboração discursiva” que visavam o cotidiano popular. Essas agências passam a reelaborar o cotidiano popular na ótica de uma luta contra as condições dadas. Neste sentido, o autor aponta três instituições em crise que abrem espaços para novas elaborações, tendo cada uma delas experimentado a crise sob a forma de um descolamento com seus públicos respectivos; essas agências buscam novas vias para reatar suas relações. Vejamos quem são elas e como surgem:

- Da igreja Católica, sofrendo a perda de influências junto ao povo, surgem as comunidades de base.

- De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de ‘novas formas de integração com os trabalhadores’.
- Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um ‘novo sindicalismo’.

De acordo com Sader (1995:143,144), tanto a incidência social quanto a consistência argumentativa eram desiguais nas três agências, segundo o autor:

“a matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apóia-se numa organização bem implantada. (...) A matriz marxista não dispõe dessa base, enfrenta uma profunda crise e ainda os grupos que a sustentavam vinham de uma derrota desarticuladora; ela traz, no entanto, em seu benefício, um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo. A matriz sindicalista não extrai sua força nem das tradições populares nem da sistematicidade teórica, mas do lugar institucional em que se situa, lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas.”



Importante dizer que apesar da divisão das agências/matrizes, os sujeitos, naquele contexto histórico se encontravam e interagiam nos diferentes espaços instituídos das lutas dos respectivos movimentos. Um exemplo disso é que não eram poucos os sujeitos que ligados às estruturas sindicais também atuavam nas comunidades de base da igreja. Também cabe lembrar nesse mesmo sentido que os grupos de esquerda (marxistas) atuavam por meio de suas práticas inserindo-se e integrando-se nos diversos movimentos ligados à igreja e ao movimento sindical.

Verifica-se então, a partir desses referenciais, neste período, a formação de várias coletividades que a partir de suas necessidades expressavam seus interesses e ao mesmo tempo buscavam construir suas identidades enquanto grupo. Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque estas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos; basta considerar que não havia liberdade de expressão no país. Não havia na sociedade espaço algum de participação política para esses sujeitos, seus anseios não encontravam nenhum canal público de comunicação, além daqueles tradicionais; a família, os vizinhos, os amigos.

As necessidades e as carências reivindicadas pelos movimentos podem ser definidas de diferentes modos e níveis o que dava aos movimentos de acordo com Durham (1984:27) formas “muito flexíveis de mobilização” e que levaria a operarem “... cortes muito diversos uns dos outros, definindo coletividades de tipo muito diferente”. Para alguns essa diversidade significava um problema, uma vez que conduziria a fragmentação da luta geral, seria mesmo um empecilho para a universalização dos interesses e dos direitos. Podemos dizer então que os movimentos emergiam fragmentados e de acordo com Sader (1995:198) se reproduziam enquanto formas singulares de expressão “... embora tenham desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a al-

guma forma ‘superior’ e ‘sintetizadora’”.

Para as coletividades construídas o importante era buscar a unidade da luta na diversidade cultural. Esta diversidade dos movimentos populares até a década de setenta havia passado, em sua maioria, pela ação unificadora do Estado, de partidos ou pela própria esquerda (considerada vanguarda dos trabalhadores), que determinavam segundo seus interesses os lugares e as vozes dos sujeitos. A esta ação e interferência externa (Estado, partido) os movimentos resistiam com toda força, uma vez que as experiências anteriores haviam apontado os problemas dessa atuação. A esquerda atuante nos mais diversos movimentos populares repensava neste momento histórico as suas práticas e teorias reinterpretadas agora como muito “centralizadoras”, buscando “novas formas de integração com os trabalhadores” para a realização da ação política. Ainda que essa luta política dos movimentos possa ser identificada como plural, fragmentada e até mesmo contraditória, essas contestações e ação não devem ser entendidas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado da atuação, reivindicação e participação política na sociedade.

Ao atuarem nos mais variados espaços em nome de causas diferenciadas, os movimentos populares foram construindo caminhos alternativos para a participação política. Conforme analisa Carvalho (1998:9), na inexistência de espaços públicos para discussão das diversas demandas sociais e dos conflitos “... o cotidiano, o local de moradia, a periferia, o gênero, a raça tornam-se espaços e questões públicas, lugares de ação política, constituindo sujeitos com identidades e formas diferentes daquelas do sindicato e do partido”. Nem por isso a luta foi menos importante, ao contrário, os movimentos populares inventaram-se sujeitos ampliadores da própria esfera da política, tão reduzida aos meios institucionais e palacianos do poder. Demarcaram a importância do espaço local ou do “poder local” como forma concreta de realizar a ação política.

Trata-se então, de um período novo e um marco na história da organização popular no



Brasil, com uma ampliação e pluralização de movimentos sociais que vão se posicionar em busca de seus direitos e de seu lugar na política e na história. O elemento novo na década de setenta será então o caráter, já citado, de autonomia de organização dos sujeitos seja em relação ao Estado seja em relação a partidos políticos. Os movimentos criaram uma “cultura participativa e autônoma” que se multiplicaram pelo país, nos bairros, nos campos, nos sindicatos, onde os sujeitos coletivos apareciam para expressarem suas vontades, necessidades e interesses políticos.

Num primeiro momento, podemos dizer que os movimentos populares lutaram pelo acesso aos direitos sociais básicos, como o direito à educação, à moradia, à saúde, etc, mas essa noção aos poucos foi sendo ampliada à medida que passaram a lutar também “pelo direito a participar da redefinição dos direitos”, ou seja, quando travaram também uma luta política contra a cultura autoritária e excludente da sociedade brasileira. Quando passaram a incorporar em sua prática social a necessidade de realização de mudanças culturais, como sendo um elemento fundamental para o processo de democratização e participação ativa na sociedade. De acordo com Paoli (1995:42), os movimentos sociais e sua fundamental reivindicação do “direito a ter direitos” - elaborada por diversos sujeitos antes ocultos por uma sociedade autoritária e excludente – “invadiam e modificavam o sentido estrito da transição democrática”. Podemos perceber aqui a conexão entre cultura e política como constitutivas da ação coletiva dos movimentos populares. A luta que era por necessidades básicas, simbolizadas por reivindicações específicas aprofunda-se através da percepção dos movimentos de que para além das conquistas imediatas ou mesmo para garanti-las e ampliá-las era preciso tentar interferir e alterar os parâmetros sociais estabelecidos pela cultura dominante. Cultura essa da não participação, da exclusão das classes desfavorecidas no espaço público.

Neste sentido, podemos dizer que a originalidade dos movimentos sociais da década de setenta e oitenta consiste também no fato

de que ao se organizarem em torno do direito a liberdade e a participação política eles ampliaram a questão da cidadania, fazendo-a passar do plano político institucional ao da sociedade como um todo, entendendo a cidadania como participação política ativa na sociedade, como interferência política. As suas reivindicações coletivas não eram pela tomada do poder reduzido ao poder do Estado, mas conforme aponta Chauí (1993, p.62), “a luta pelo direito de se organizar politicamente e de participar das decisões”. Entendia-se que o poder estava em todos os lugares a ser preenchido por meio da ação política travada pelos vários movimentos. A luta organizada não era nesse momento pela tomada do poder, mas para a conquista do poder presente nos espaços da sociedade civil, seja no bairro, na escola, no sindicato, na fábrica, etc. Essa reivindicação visava romper com a estrutura hierárquica do poder autoritário presente na sociedade.

As novas práticas sociais inauguradas pelos movimentos populares redefiniram o espaço da política; fazer política não estava mais restrito ao Estado e aos partidos. Ao lutar por direitos, os novos movimentos se colocavam tanto contra as relações desiguais entre governantes e governados – aqueles que teriam o poder contra aqueles que em tese não teriam poder algum - como contra o autoritarismo das próprias relações cotidianas. Nesse sentido, os movimentos sociais questionaram o próprio lugar ou lugares em que está o poder na sociedade.

Cabe considerar ainda que, ao lutar pelos seus direitos e pela ampliação dos mesmos, os movimentos sociais mantinham nos anos setenta uma posição antagônica e de resistência ao Estado autoritário e que com o processo de democratização da sociedade, já na década de oitenta - no qual a presença e interferência dos movimentos populares foi marcante e definidora -, essa relação muda e muitos movimentos passaram a atuar nos novos canais institucionais do poder público. Isso se intensificou e ampliou-se com o processo Constituinte em 1988 e no decorrer da década de noventa, onde tornou-se cada vez mais evi-



dente e intensa a participação dos movimentos sociais na reivindicação de “participar da redefinição dos direitos” e da “gestão da sociedade”. Esse momento marca uma segunda fase dos movimentos sociais, que é sua institucionalização, e do refluxo de atuação dos movimentos sociais em nossa sociedade; questão essa que não aprofundaremos aqui.

Cabe considerar que foi através dessas lutas e desse processo, que a sociedade civil acostumada a ficar fora das decisões políticas pode a partir das gestões de governos no campo democrático e popular, como e principalmente nas gestões do Partido dos Trabalhadores/PT - que surgiu como expressão política dos movimentos sociais - apresentar e discutir propostas e projetos em espaços estruturados para esta participação. Neste período muitos movimentos sociais passaram a participar de

vários fóruns de discussões para estruturar junto com o poder público a gestão de políticas públicas, com o intuito de pensar o poder local e sua força articuladora na sociedade.

Desta forma e para finalizar, ao se falar dos avanços alcançados no processo de democratização da sociedade e na construção de espaços públicos é preciso considerar a inegável presença e participação ativa dos movimentos populares na luta por liberdade, justiça e igualdade social. A história mostrou que mesmo com os riscos inerentes a fragmentação, a forma de organização dos movimentos sociais foi peça fundamental para a construção de novos parâmetros sociais e imprimiu ritmos diferenciados que levaram, apesar de todos os limites do processo, a alterações importantes na prática política e cultural da sociedade brasileira.

Segundo o contexto descrito, o movimento social teve três matrizes. Que matrizes foram estas e de que forma isso explica a pluralidade de posições políticas no interior dos movimentos, como por exemplo, o movimento sindical?

As reivindicações dos movimentos sociais ultrapassaram as barreiras das pautas sindicais. Como o grupo percebe a ação sindical voltada para as demais áreas da vida social em seus sindicatos?

PARA SABER MAIS:

CARVALHO, Maria do Carmo. *Participação Social no Brasil hoje. Papers Polis, n*

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.*

DURHAM, Eunice. *Movimentos sociais – a construção da cidadania, Novos Estudos Cebrap, n° 1, outubro, 1984.*

PAOLI, Maria Célia. “*Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*”, in *Michaela Helmann (org), Movimentos Sociais e Democracia no Brasil, São Paulo: Marco Zero, 1995.*

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970/80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.*



PARTE II

AS ORIGENS DO NOVO SINDICALISMO





As greves que mobilizaram milhares de trabalhadores no final dos anos 70 marcam um período de mudança histórica no movimento sindical brasileiro, cujo desfecho e alcance, os protagonistas daquele momento, por mais otimismo que carregassem em suas mentes e corações, jamais imaginariam que estariam imprimindo uma página tão significativa no sindicalismo brasileiro que mudaria definitivamente a história política do país.

O ponto inicial desse ciclo de lutas é a greve na fábrica Saab Scania do Brasil, deflagrada no dia 12 de maio de 1978. É nesse momento que o “novo sindicalismo” emerge na cena política do país chamando a atenção de amplos setores da sociedade, por meio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

O relato da greve aponta para o clima de insegurança e medo que cercava o ambiente sindical daquele período e se refletia nas ações dos militantes e dirigentes sindicais, que começavam a enfrentar, de forma mais declarada, o regime militar:

Começou a ficar aquele clima dentro da fábrica, no sindicato, nas assembleias. Clima assim de greve. Mas, não se falava a palavra greve. Falar a palavra greve assustava{...} mas, o clima continuava, aquele clima pesado...

Então surgiu da parte da gente: que tal a paralisação? Para que a gente reivindicasse, exigisse o salário. Aí muitos falavam: Vocês não viram em 77, a ferramentaria começou a pressionar, e conseguiram?

Mas a palavra greve é que estava difícil de sair. Então, o pessoal propôs parar dentro da fábrica. Parar, mas não era greve. Era uma parada. Então, a gente saía pelas seções, os companheiros mais conscientes, e começaram a conversar: que tal uma paralisação? Vamos parar aí, que você acha e tal. Aí fomos vendo que o pessoal ia topando e nós íamos pedindo a esses companheiros que toparam de cara, principalmente os da ferramentaria, para fazerem contato já com outro pessoal.

(Depoimento de Gilson Luis de Menezes, então diretor de base na Fábrica Saab Scania do Brasil S/A, apud Bargas e Rainho, 1983:68)

Depois da Scania, outras empresas são atingidas pela greve, como a Mercedes Benz, a Ford, Motores Perkins etc, as paralisações chegam até as cidades vizinhas como Santo André, São Caetano e São Paulo. Governo e patrões adotam uma política de inflexibilidade diante das reivindicações dos trabalhadores. As empresas que tinham sinalizado com a possibilidade de negociação, como a Mercedes e a Scania, foram obrigadas a recuar nas suas intenções, pressionadas pela ANFAVEA (Associação Nacional de fabricantes de Veículos Automotores).

A disseminação das greves em 1978, num claro enfrentamento contra o regime militar criou uma divisão nítida no movimento sindical:

- Um pólo combativo de militantes das oposições sindicais e novos dirigentes que defendiam a mobilização, a organização autônoma dos trabalhadores e o enfrentamento através da greve, quando necessário.

- Outro pólo, composto por dirigentes sindicais, que estavam acomodados na estrutura sindical e que se viam ameaçados pela combatividade das oposições.

- E um terceiro segmento, formado por militantes e dirigentes ligados a agrupamentos da esquerda (especialmente do Partido Comunista Brasileiro), que apesar de reconhecer a legitimidade das demandas dos trabalhadores, achavam que o momento político vivido pelo país era muito delicado e a prioridade da agenda da nação era a garantia da abertura democrática e, portanto, o momento não era de confronto, o que não significou, por sua vez, que não dessem apoio as lutas operárias.

Embora a ocorrência de greves não fosse um acontecimento ausente da cena sindical, o fato é que a greve na Scania teve um significado muito maior do que qualquer greve de fábrica ocorrida ao longo dos difíceis anos 70.



Assim, o sindicato procurava combinar várias práticas de resistência no interior da fábrica, numa contraditória vivência das condições de trabalho, “um novo tipo de ação sindical que procurava utilizar ao máximo as limitadas possibilidades da institucionalidade existente e, ao mesmo tempo, questioná-las” Abramo, (1999:179). Essa percepção por parte do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema de que uma nova conjuntura muito mais desafiadora havia se descortinado para o sindicalismo brasileiro e que os dirigentes sindicais se defrontavam com difíceis escolhas que não mais poderiam ser adiadas.

O fato de estar localizado no centro dinâmico do capitalismo brasileiro e concentrar na sua base de trabalhadores as principais montadoras do país, colocou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no epicentro dessa nova conjuntura sindical. Ao incorporar para dentro do sindicato as reivindicações operárias daquele importante setor, que permaneceram reprimidas durante anos seguidos, os sindicalistas metalúrgicos de São Bernardo surpreenderão o país no ano seguinte ao liderarem a greve geral da categoria que mudará definitivamente os rumos do sindicalismo brasileiro.

Outro desdobramento importante das Greves de 1978, foi a eleição para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior sindicato de trabalhadores da indústria da América Latina. A oposição sindical metalúrgica que através de um persistente trabalho de organização dos trabalhadores nas fábricas durante vários anos, havia conquistado a maioria dos votos da base metalúrgica, porém, ao se dividir em duas chapas, a oposição dispersou energias decisivas, mas mesmo

assim a chapa 3 da oposição aparecia como favorita à vitória no pleito eleitoral.

No entanto, a chapa da situação encaixada por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, que se consagrou como o dirigente-símbolo do peleguismo sindical naquela conjuntura de polarização do sindicalismo brasileiro, não sem motivos, porque ele e seus correligionários não economizaram no exercício das práticas fraudulentas, que contaram com a anuência do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, que deu posse a Joaquinção, apesar do pleito ter sido impugnado por constatação de fraude. Esse episódio foi registrado no filme *Braços cruzados, máquinas paradas* de Roberto Gervitz e Sérgio Toledo Segal.

O saldo das greves de 1978 não se encerrou com a derrota da oposição metalúrgica em São Paulo. Além de várias fábricas paradas em novembro daquele ano, a oposição metalúrgica organizará a greve geral da categoria no ano seguinte, que a exemplo do que ocorrerá no ABC paulista, marcará a conjuntura política do país.

Mas antes de descrevermos as greves que envolveram dezenas de milhares de trabalhadores em 1979 e 1980 e que mudaram a face política do país, é importante resgatarmos o período antecedente, pois afinal, as greves não são acontecimentos que ocorrem como fruto do acaso, em geral, elas são precedidas de um trabalho cotidiano de organização e mobilização realizado por militantes, ativistas e dirigentes, que muitas vezes passam despercebidos dos registros e da história por atuarem nos “bastidores”. Nesse sentido, faremos um breve relato da resistência operária nos anos de chumbo.

Quais principais lutas e greves aconteceram em suas categorias? Relate o ano, a pauta, o desenvolvimento e o resultado dos movimentos.

O que estes movimentos significaram para sua militância?





RESISTÊNCIA SILENCIOSA DOS MILITANTES SINDICAIS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

As greves de massa foram antecedidas por uma persistente luta cotidiana dos militantes sindicais de vários agrupamentos da esquerda e da igreja católica que atuavam nas fábricas. Essas ações cotidianas foram uma espécie de resistência silenciosa à Ditadura Militar que atravessou um período de intensa repressão, especialmente a partir de 1968 depois das greves de Osasco. A partir de meados de 1970, a militância vai se rearticulando aos poucos e recupera antigas formas de organização, ainda de maneira muito cuidadosa e clandestina como forma de driblar a repressão.

Primeiro procurava-se mapear quais eram os problemas da fábrica que mais afligiam os trabalhadores e, então, procurava-se focar a luta em cima desse problema. Em algumas fábricas era a insalubridade a principal reclamação dos trabalhadores, noutras, eram os salários, e assim por diante.

Também se fazia o levantamento da fábrica do ponto de vista econômico e político. Por exemplo: qual grupo econômico pertence, qual sua situação no mercado, quais os pontos mais vulneráveis e as seções mais estratégicas; principais fornecedores e compradores, etc. Do ponto de vista político-sindical, eram pesquisados a tradição de luta dos trabalhadores da empresa (se havia ou não), número de sindicalizados, relação dos trabalhadores com o sindicato, etc.

Depois de algum tempo dava-se início ao trabalho de agitação e propaganda, dentro das possibilidades e limitações que a conjuntura política impunha. Por exemplo, eram elaborados “papagaios” e “mosquitos” pequenos pedaços de papéis com palavras-de-ordem que eram colados nas portas dos banheiros, vestiários, bebedouros, nas máquinas, etc. Apesar dos riscos, também se fazia panfletagem dentro da fábrica com pincel atômico e giz.

Os militantes não podiam abrir mão do

mais antigo e eficiente instrumento de convencimento, que é o velho e bom bate-papo, que proporcionava os primeiros contatos e a verdadeira percepção dos que os trabalhadores realmente pensavam sobre o mundo do trabalho e sobre a visão de mundo mais geral.

Na medida do possível também se procurava vincular o trabalho na fábrica com o trabalho no bairro. Era uma forma de contornar a repressão e ao mesmo tempo ampliar fortalecer o trabalho de organização dos trabalhadores. Desta forma, eram mapeados os bairros onde se concentravam a maioria dos trabalhadores das empresas e também que tipo de organização preexistente havia no bairro, como: Associação de bairro; Igreja; clube esportivo, time de futebol. Não foi por acaso, que muitas lideranças sindicais que se destacaram nos final dos anos 70 e início dos anos 80 eram também lideranças nas suas respectivas comunidades atuando em diversos espaços do bairro.

E assim nos duros anos de chumbo da Ditadura foi se construindo uma história de luta e da resistência, que ainda está por ser recuperada, e, que só chegou até nós, através dos depoimentos dos antigos militantes que protagonizaram essa história, como é o caso Raimundo Périllat, membro da pastoral operária e metalúrgico aposentado, que narra a greve ocorrida na Indústria Villares em 1973, na zona sul de São Paulo:

No início dos anos 1970, durante três anos, militantes da fábrica Villares, localizada na Zona Sul de São Paulo, preparam uma greve. Uma das primeiras ações foi realizar uma pesquisa – clandestina, claro – sobre o custo de vida e salários. O objetivo era medir o nível de comprometimento e combatividade no caso de uma greve ou mesmo uma operação tartaruga. Vale lembrar que nos bairros crescia o Movimento Contra a Carestia, or-





ganizado principalmente pelas mulheres.

O que facilitou a realização e o sucesso da greve foi a presença de vários operários “velhos”, com experiência de luta daqueles anos recentes. A exploração e os salários baixos determinam a decretação do movimento grevista com a adesão de todos os operários, durante o dissídio coletivo de 1973, no segundo semestre.

No primeiro momento da greve não houve vitórias econômicas. Mas os operários que ficaram na fábrica continuaram com a operação tartaruga. Um mês depois, a empresa con-

vocou o restante da comissão e outros para negociar. (“A Greve do Gato Selvagem” – Raymundo Périllat. In Revés do Aveso 04 e 05, ano 15 abril/maio 2006. p. 23, 24, 25).

O resultado dessa greve foi início do trabalho chamado pelos companheiros da oposição metalúrgica de *inter-fábricas*. Eram encontros de trabalhadores de várias fábricas de várias regiões. O trabalho clandestino ganhou novo impulso. Os demitidos se empregavam em outras fábricas e a semente do trabalho de base se espalha por toda a categoria.

ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA E IGREJA CATÓLICA

Na ditadura militar, o autoritarismo cercava todas as formas de expressão da sociedade civil. São fechados quase todos os canais antes disponíveis de representação da classe trabalhadora. No movimento sindical, este fato se evidencia com a intervenção ocorrida nos sindicatos. Em uma grande parte deles, logo após o golpe militar de 1964, o exército destruiu a documentação histórica de diversas categorias e depôs as diretorias representativas das categorias.

No plano político partidário, a cassação de mandatos de parlamentares progressistas, a intervenção nas administrações públicas, a prisão, tortura e assassinato de dirigentes e militantes de movimentos de esquerda, são também um bom exemplo das formas de pressão utilizadas pelo Estado. Portanto, se por um lado o Estado asfixiou os espaços de expressão autônomos da sociedade civil, principalmente da classe trabalhadora, a sociedade por outro, procurou elaborar suas formas de resistência e auto-representação.

Uma das maneiras encontradas pelos movimentos de esquerda para enfrentar a ditadura militar a partir dos locais de trabalho foi à organização de Oposições Sindicais, que

de modo geral foram compostas por organizações políticas, tais como:

- as de matriz marxista, como Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Ala Vermelha do PC do B (ALA), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Política Operária (PO) e Partido Comunista do Brasil (PC do B);
- as de matriz católica como a Ação Católica Operária e a Juventude Operária Católica.

A forma mais recorrente de atuação nas oposições sindicais, era por meio da entrada de militantes nas fábricas como operários. Dava-se preferência às fábricas que tivessem uma grande concentração de trabalhadores (as maiores fábricas), que eram principalmente os estaleiros (Emaq, Ishibras e Verolme) e a General Eletric no Rio de Janeiro ou fábricas como Volkswagen e Ford em São Paulo. Esses novos operários, eram em geral jovens de classe média, estudantes/militantes universitários que atuavam em algumas dessas organizações políticas, que iriam então se “proletarizar” (isto é, tornaram-se operários com finalidades políticas).

Os “quadros” (militantes das organizações) tinham como função organizar a classe



trabalhadora em suas bases, nos locais de trabalho e, convencê-los a fazer a revolução e superar a sociedade capitalista. Nesse sentido a luta sindical era um estágio importante de conscientização do trabalhador das mazelas do capitalismo e a fábrica era o espaço onde a exploração do trabalho apresentava a sua face mais concreta através dos baixos salários, do autoritarismo das chefias, das péssimas condições de vida.

A atuação no movimento sindical, via oposição, era uma das formas encontradas pelos grupos de esquerda clandestinos, para “acelerar o processo revolucionário” (Frederico, 1987). As oposições eram o espaço privilegiado de atuação, pois “os sindicatos foram criados e estruturados pelo Estado burguês-latifundiário para que a classe dominante pudesse controlar e dominar o proletariado, não como instrumento de luta da classe operária e sim para evitar a luta” (Frederico, 1987). Portanto, eles buscaram uma outra via de acesso às bases, que era seu principal objetivo. As oposições se comprometiam com a criação de organizações de base, comitês de empresas, conselhos de representantes de fábricas junto às diretorias sindicais.

Conforme vimos na seção anterior, quando tratamos da resistência silenciosa, uma dessas formas de organização de base foram as Comissões de Fábrica, que atuavam de forma clandestina, não eram negociadas com as empresas, não tinham estabilidade, portanto, o alcance era o menor possível, “só se podia passar um panfleto a pessoas conhecidas, de confiança” Reis Filho, (1995: 119).

Para os grupos de esquerda revolucionária, que “embora valorizasse a mobilização operária nas fábricas, concebia esta atividade como previamente enquadrada numa estratégia revolucionária que lhe daria sentido” (Reis Filho, 1995: 125), e pelos grupos católicos, para quem “a referência central, que está presente nas ações de seus membros, não é a subordinação das ‘pequenas lutas’ a alguma estratégia pré-definida, mas o empenho em esti-

mular movimentos através dos quais se realizem práticas coletivas de afirmação da própria dignidade” (Reis Filho, 1995: 125).

A partir de meados dos anos setenta os militantes operários católicos passaram a assumir um papel destacado na organização e nas lutas do movimento operário através de grupos como a Ação Católica Operária (ACO) e Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC). Cabe destacar, porém que prática da Igreja Católica é bastante complexa, pois historicamente sua hierarquia sempre esteve intimamente ligada ao poder. Nos anos de grande agitação social que antecederam o golpe de 1964, entre os católicos havia uma divisão. A grande maioria optou por uma posição conservadora seguindo a cúpula da Igreja, que fazia coro com as posições de direita contra o “perigo comunista” tido como causa de todos os males que afligiam a sociedade brasileira naquele momento, (Giannotti, 2007:215).

Os grupos de militantes operários católicos privilegiavam a atuação das comissões de fábrica como forma de resistência do movimento operário, frente não só à ditadura militar, mas também frente a organização do processo de trabalho, resistência a ordem estabelecida, resistência a atuação do sindicato (assistencialista, anti-combativa e conivente com a repressão). As comissões tiveram um papel fundamental para a consolidação da oposição sindical metalúrgica de São Paulo.

É importante salientar, porém, que a dinâmica das lutas é muito mais reveladora e muito mais rica do que a retórica revolucionária da esquerda ou o discurso de aproximação das bases dos militantes católicos. Na luta cotidiana, militantes de esquerda e católicos se aproximaram e levaram lutas em conjunto, construíram valores comuns proporcionando a elaboração de uma prática sindical e política resignificada por esse encontro, que incorporou o que de melhor essas duas matrizes podiam oferecer na luta contra a ditadura e na construção de uma sociedade mais justa.



Debata em grupo se ainda hoje há reflexos na CUT e nos Sindicatos das ações feitas pela esquerda revolucionária e dos grupos ligados à Igreja Católica.





PARA SABER MAIS:

FARIA, Hamilton - A Experiência Operária nos Anos de Resistência. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. Mimeo, 1986.

GIANNOTTI, Vito. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad editora, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão, A Revolução faltou ao encontro. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ e *SÁ, Jair Ferreira de. Imagens da Revolução. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.*

SADER, Éder - Quando Novos Personagens Entram em Cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MANFREDI, Sílvia - Educação Sindical: Entre o Conformismo e a Crítica. São Paulo: Loyola. 1986.



PARTE III

O NOVO SINDICALISMO E AS GREVES QUE MUDARAM A CARA DO PAÍS





Afinal, por que novo sindicalismo? O que significava velho sindicalismo?
Cite algumas diferenças percebidas pelo grupo.

O chamado novo sindicalismo se insurge e se autodefine a partir de duas experiências: Primeiro contra as práticas de acomodação e burocratização do sindicalismo “pelego” que transformaram os sindicatos em máquinas de assistencialismo, como no caso paradigmático do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Lula em entrevista de 1978 expressa com clareza sua posição contra a burocratização da atividade sindical:

“O dirigente sindical que se preza não pode em nenhum momento ver o sindicato como órgão empregatício que lhe dê um status. O dirigente sindical que se preza não pode deixar de denunciar as arbitrariedades existentes dentro de sua categoria. O pelego é a omissão do movimento sindical brasileiro. É de muita recepção mas de pouca participação. Um dirigente sindical que se preza não deveria se sujeitar a ser vogal, um juiz classista, apenas para ganhar dinheiro.” (Lula: entrevista e discursos. São Paulo: s.e, 1981.p.28, *apud* Mattos,1998:64)

As demandas dos trabalhadores oriundas dos locais de trabalho não atravessavam a porta de entrada do sindicato, por sua vez, o sindicato também não atravessava o portão da fábrica. Eram dois mundos que não dialogavam. Aos novos militantes eram vedados os espaços de participação dentro do sindicato. As oposições eram proibidas de se pronunciarem nas assembléias das categorias. Qualquer crítica à diretoria era tida como conspiração e os seus autores, muitas vezes, eram reprimidos de forma violenta. O novo sindicalismo localizado na sua maior parte no local de trabalho coloca como uma das questões fundamentais na sua luta a democratização dos sindicatos e o fim da intervenção do Estado na estrutura sindical através da adoção da liberdade e autonomia sindical.

O segundo aspecto em relação a experiência que o novo sindicalismo procura se contrapor diz respeito a sua desvinculação com o passado sindical do período 1945-1964, negação essa, que será também base de suporte para esse novos sujeitos se auto-proclamarem representantes de um “novo sindicalismo”. Em documento da década 1970 a oposição metalúrgica de São Paulo expressa sua visão em relação ao passado recente.

“Historicamente, está começando a segunda etapa do sindicalismo brasileiro. Não mais o sindicalismo dos tempos de Getúlio, ou de Jango, baseado na confiança e na expectativa do governo. Hoje está nascendo um sindicalismo novo, sem esperança do governo e sem meios-termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro o centro do problema: o problema político, problema da luta de classe... a lição fundamental é a seguinte: sindicalismo novo, verdadeiro, tem que nascer de baixo para cima, da fábrica até a organização das várias fábricas em organização de classe: o sindicato”. Apud (Mattos, 1998:62).

Desta forma, as ações do “novo sindicalismo” deveriam ser entendidas como uma ruptura com as práticas do “velho sindicalismo”, dito populista, marcado pelo “vanguardismo”, pelo “cupulismo”, pelo distanciamento das bases e pela debilidade organizativa, características de um sindicalismo que se mostrou frágil para resistir ao golpe de 1964 e incapaz de romper com a velha estrutura sindical corporativa.

Dentro dessa perspectiva de análise, o pecado capital desse velho sindicalismo teria sido a estratégia de aliança com o populismo, inviabilizando a perspectiva de construção de um projeto autônomo por parte da classe trabalhadora, fruto das opções equivocadas da esquerda hegemônica pelos comunistas, que



subordinava a política sindical (que não questionava a estrutura sindical oficial) à estratégia do partido. Dessa forma o “sindicalismo populista” era visto como de cúpula, sem organização de base, corporativista e atrelado ao Estado. Em contraposição a esse tipo de sindicalismo, “o novo sindicalismo” que emergiu no final dos anos setenta reivindicava um sindicalismo de massa, de base, democrático livre e autônomo do Estado e dos partidos.

Essa visão dicotômica e polarizada entre o passado e o presente, tem sofrido revisões tanto por parte da academia, como por parte dos próprios dirigentes da CUT. A própria dificuldade do sindicalismo cutista de romper com a estrutura sindical (inclusive com o imposto sindical), e efetivar de forma mais abrangente a organização sindical no local de trabalho tem levado os herdeiros do novo sindicalismo a olhar com mais humildade para

as experiências do passado e reconhecer a importância do legado dos dirigentes que vivenciaram a experiência no período anterior a 1964.

Dessa forma, a CUT continua fiel aos seus princípios desde a sua origem na perspectiva de construir um modelo alternativo à atual estrutura sindical corporativista pautado nos princípios da liberdade e autonomia sindical, da organização sindical no local de trabalho, da organização dos ramos de atividade, do reconhecimento das centrais, do pluralismo e da democracia. A CUT reconhece que a sua prática ao longo dos anos contribuiu para forjar uma nova cultura sindical que a identificam como uma central classista e de luta. Mas ao mesmo tempo, reconhece que essa conquista também é tributária do esforço de antigas gerações que precederam o novo sindicalismo.

PARA SABER MAIS:

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos – Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. 1999. “Política e História em Disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado”. In Rodrigues, Iran Jácome. O novo sindicalismo – vinte anos depois. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

O NOVO SINDICALISMO E AS GREVES QUE MUDARAM A CARA DO PAÍS

O ano de 1979 inaugurou a retomada das grandes greves de massa na história do sindicalismo brasileiro, cujo epicentro foram as greves dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. A ressonância desses acontecimentos marcou a história política do país e imprimiu um novo curso no processo de abertura política levada adiante pelos militares, e, sobretudo, impactou a história da esquerda brasileira nestes últimos 25 anos, culminando em um desfecho notável: a vitória de Luis Inácio Lula da Silva nas eleições presi-

denciais de 2002.

À campanha salarial de 1979, antecedeu um vigoroso movimento de greves ocorridas em fábricas de pequeno e médio porte em São Bernardo e Diadema, contagiadas pela greve da Scania em maio de 1978 (Maroni, 1982: 61-65). Essas permanentes paralisações, coordenadas pela direção do sindicato dos metalúrgicos, foram criando um ambiente de mobilização geral da categoria que prenunciava um clima de entusiasmo para a campanha salarial, um ambiente até então desconhecido



entre os trabalhadores, ao menos desde o golpe militar de 1964 (Bargas e Rainho, 1983:110-115). A noção de *dignidade* começa a se tornar presente no discurso das lideranças sindicais, na fala de militantes e grevistas.

Os sinais de uma confrontação maior com o patronato também já se desenhavam no processo de encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores. Um desses sinais pode ser observado nas orientações do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Estado de São Paulo (SIMESP), cuja recomendação aos associados era de que, “para enfrentar eventuais greves, deviam estocar a produção”. Atento aos lances patronais, o sindicato dos trabalhadores conclamava suas bases para que ninguém fizesse hora-extra e nem se esforçasse para aumentar a produção. (Bargas e Rainho, 1983:118).

A campanha salarial de 1979 foi coordenada pela Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e reuniu 34 sindicatos de todo o estado. Em reunião realizada no dia 31 de janeiro, foi deliberado o encaminhamento de uma pauta única, com 22 itens, que deveria ser submetida, por meio da realização de assembleias da categoria, à aprovação das bases de cada sindicato signatário das reivindicações. No caso dos metalúrgicos de São Bernardo, a direção do sindicato, prevendo uma batalha mais árdua, organizou inúmeras assembleias, intensificou o trabalho organizativo nas fábricas, e criou também, por meio de eleição direta, uma comissão de salários, com o objetivo de ajudar a direção na condução do movimento, no caso de uma greve geral da categoria. (Antunes, 1988:44). Depois de três rodadas de negociações públicas, e, algumas secretas, os patrões se mostraram inflexíveis, apostando na divisão do movimento. Na assembleia do dia 12 de março, os trabalhadores decretaram a greve diante da negativa dos empresários, reafirmando a posição tirada em assembleias anteriores. Dentre os 21 itens da pauta de negociação dos metalúrgicos, os dois principais eram o reajuste de 34,1% e a estabilidade para os delegados sindicais, na proporção de um delegado para cada grupo de 500 empregados, assegurando-se o número mínimo de um em-

pregado para as empresas com menos de 500 trabalhadores e a estabilidade garantida, ainda que o empregado não tivesse ultrapassado o período de experiência. (Bargas e Rainho, 1983:214).

A greve se prolongou por 15 longos e difíceis dias, interrompidos por uma trégua de 45 dias, que demonstraram com todas as cores e tonalidades, a face autoritária do regime militar, perfeitamente sintonizada com o comportamento do empresariado, a fim de evitar de todas as formas, que movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista fosse vitorioso. A greve se estendeu também para outras cidades do interior do estado, como São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Campinas e Santa Bárbara D’Oeste. Antes da deflagração da greve no ABC, a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo já havia aceitado a proposta da FIESP, em nome de 29 sindicatos do interior.

O movimento passou a contar, no seu cotidiano, com grandes assembleias de massa, envolvendo 60, 70 e até 110 mil pessoas, que se reuniam no Estádio Costa e Silva que, a partir dessa greve, passou a ser conhecido como Estádio de Vila Euclides.

A ocorrência de piquetes, que procurava alcançar milhares de trabalhadores, também passou a fazer parte das imagens da greve. E quando a repressão se intensificou nas portas das fábricas, os piquetes se deslocaram para os bairros, mais precisamente nos pontos de ônibus, onde, longe dos olhos da polícia, havia mais tempo para dialogar e tentar convencer os trabalhadores indecisos a aderirem à greve.

Os representantes patronais mostravam-se irredutíveis diante das tentativas de conciliação por parte dos representantes dos trabalhadores, apostando no desgaste do movimento – graças à eficácia da repressão-, na insegurança dos grevistas e em uma suposta incapacidade das lideranças para levarem adiante, por muito tempo, um movimento daquela magnitude.

Já no segundo dia de paralisação, a greve foi considerada ilegal. Em relação ao reajuste, o Tribunal Regional do Trabalho propôs



um índice de 44% a partir de 1º de abril de 1979, bem abaixo dos 65% proposto pelos representantes dos trabalhadores em reunião de conciliação.

Dando continuidade à tática de pressão sobre as lideranças do movimento, o Ministério do Trabalho abriu sindicância para apurar denúncias de infiltração de pessoas estranhas ao movimento com objetivo de desgastar o governo. No domingo, dia 18, foi realizada uma assembléia com 80 mil trabalhadores acompanhados por mulheres e filhos. As lideranças se sentiram aliviadas diante do estrondoso sucesso da assembléia, pois havia muita insegurança sobre como os trabalhadores se comportariam no primeiro final de semana da greve, mas, ao invés da dispersão, os metalúrgicos saíram ainda mais mobilizados para enfrentar a semana seguinte.

A criação de um “fundo de greve”, para enfrentar as adversidades financeiras advindas do não pagamento dos salários, foi um dos desdobramentos mais importantes desse movimento e rapidamente angariou solidariedade de trabalhadores de todo o Brasil. Inicialmente, o fundo de greve funcionou nos porões do prédio do Sindicato, em São Bernardo do Campo, onde se formavam grandes filas de trabalhadores atendidos por dirigentes sindicais e por ativistas que se prontificavam a assumir essa tarefa. Bargas e Rainho, (1983:129).

Nesse processo de construção de redes solidárias, em apoio ao movimento, a participação da Igreja Católica, na figura do bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes, foi de fundamental importância para o desdobramento da greve, especialmente em momentos de intensificação da repressão, como foi o caso da intervenção sindical ocorrida nos três sindicatos do ABC, depois da recusa dos trabalhadores em assembléia, um protocolo de intenções foi proposto pelo Ministério do Trabalho, no décimo dia de greve, que propunha a criação de uma comissão tripartite para estudar, num prazo de 45 dias, as questões referentes ao reajuste do salário, as demissões e pagamento de horas paradas. (Antunes, 1988:47).

A intervenção aconteceu às 4 horas da manhã do dia 23, quando viaturas da ROTA e do Tático-Móvel, além de caminhões transportando soldados, cercaram a sede do sindicato, foi um momento de grande tensão entre os trabalhadores. Os dois dias seguintes foram os de maior conflito entre os grevistas e as forças da repressão, claramente identificadas com os interesses patronais; momentos de intensificação da repressão, que foi respondida prontamente pelos grevistas, quando, policiais e trabalhadores se enfrentaram em batalha aberta nas ruas de São Bernardo.

Lula foi afastado do comando da greve e ficou 48 horas ausente dos acontecimentos, o que acirrou ainda mais o clima de confronto entre trabalhadores e policiais, gerando inclusive uma certa crise de direção do movimento, causada tanto pelo carisma de Lula, como pela dispersão de membros da direção e da comissão de salários. O Estádio de Vila Euclides também sofreu intervenção e o Fundo de Greve foi transferido para a Igreja Matriz de São Bernardo, depois de uma tumultuada assembléia no Paço Municipal de São Bernardo, durante a qual as lideranças designadas para falar, tinham dificuldade em se comunicar com a massa que exigia a presença de Lula.

Diante da perspectiva de descontrole do movimento por parte das lideranças, Lula é pressionado por outras diversas lideranças sindicais, que se solidarizavam com os metalúrgicos, e pelo comando de greve a reassumir a direção do movimento. Na manhã do dia 25 de março, após a missa que reuniu cerca de 20 mil trabalhadores na igreja matriz de São Bernardo, Lula e Benedito Marcílio reassumiram a direção da greve em São Bernardo e Santo André, respectivamente.

Na segunda-feira (26 de março), décimo quarto dia da greve, o movimento mostrava sinais de refluxo, quando se registrou um certo número de trabalhadores voltando ao trabalho, o que ameaçava colocar em risco a vitória do movimento. A partir desta constatação, após uma sondagem sobre a intensidade do retorno dos grevistas ao trabalho, a direção do



sindicato em acordo com a comissão de salários avaliou que seria muito difícil, naquele contexto de adversidades, segurar a greve por muito tempo. Dessa forma, procuraram uma alternativa que apontasse para um desfecho rápido do movimento, porém, sem jogar por terra os enormes avanços políticos conquistados pelos trabalhadores naquela conjuntura delicada da vida política do país.

Depois de diversas reuniões, uma proposta de trégua foi apresentada pelos empresários e aceita pelos representantes dos trabalhadores. No dia seguinte, 15º dia de greve,

Lula, em assembléia da categoria, defendeu a proposta de trégua de 45 dias e retorno imediato ao trabalho. Apesar de algumas manifestações contrárias, a proposta foi aprovada pela maioria.

“A coisa se inverteu de tal forma que existem três coisas fundamentais... a primeira delas é a garantia da volta à normalidade do nosso sindicato... existe outra coisa, que é a reabertura das negociações, porque temos 11% em jogo e não vamos abrir mão deles; e a outra coisa, é o pagamento dos dias em que estamos em greve”.(Antunes, 1988:50).

Os 45 dias de trégua foram encarados como uma preparação para a guerra, tanto por empresários como por trabalhadores. O primeiro movimento foi dado pelos empregadores, ao adotarem uma política de demissão em massa, logo no primeiro dia de retorno ao trabalho. Com o sindicato sob intervenção, os sindicalistas instalaram seu quartel-general no salão paroquial da Igreja Matriz de São Bernardo, e de lá orientavam os trabalhadores para responderem às demissões com paralisações nas fábricas. Dirigentes e ativistas intensificaram o trabalho de mobilização com visitas diárias às fabricas, conversas nos pontos de ôni-

bus, realização de assembléias nos bairros. O Fundo de Greve continuava a arrecadar alimentos e dinheiro para a batalha que se vislumbra-va. Os representantes patronais, por sua vez, continuavam inflexíveis e pouco dispostos a fazer concessões em relação ao índice reivindicado pelos trabalhadores.

As comemorações do Primeiro de Maio, em São Bernardo do Campo, reunindo 130 mil pessoas, incluindo personalidades artísticas, e lideranças sindicais de várias regiões do Brasil, além de políticos e intelectuais que se solidarizaram com a luta dos trabalhadores do ABC, foram fundamentais para mudar os rumos dos acontecimentos, quebrando a intransigência patronal e fortalecendo politicamente os metalúrgicos do ABC, que se transformaram em referência na luta contra a Ditadura Militar. Às vésperas de expirar o prazo final da trégua, os representantes da FIESP e dos metalúrgicos do ABC celebraram um acordo que, depois de aprovado em assembléia, no dia seguinte, encerraria a campanha salarial de 1979, traduzida numa longa e difícil batalha entre governo e empresários, de um lado, e os trabalhadores de outro¹. Os trabalhadores tinham consciência que aquele teria sido apenas o primeiro grande confronto, e procuraram tirar dos acontecimentos as lições possíveis, preparando-se para as lutas já anunciadas do ano seguinte.

Com as greves de 1979, os metalúrgicos do ABC tornaram-se as referências da luta sindical do país e sobre eles recaíam todos os olhares da sociedade brasileira, não só das forças conservadoras, por motivos óbvios, mas também dos diversos atores sociais comprometidos com a luta pela redemocratização, que viam no avanço das greves de massa do ABC o grande momento de confrontação com o regime militar.

Mas o cenário sindical estava em ebuli-

¹ O acordo foi negociado no dia 12 de maio e aprovado no dia seguinte, último dia para solução do conflito, já que os trabalhadores se preparavam para entrar em greve no dia 14 de maio. O acordo estabeleceu um aumento de 63% para os trabalhadores que ganhavam até 10 salários mínimos (em março de 1979). Acima desse teto, seria aplicado o índice oficial de 44%. Haveria desconto de 50% dos dias parados dividido em cinco parcelas iguais, descontadas a partir de 10 de junho, os 50% restantes seriam negociados entre trabalhadores e empregadores. Na mesma assembléia do dia 13, os metalúrgicos votaram favoravelmente pela ocupação do sindicato no dia 26 de maio, o que não foi preciso, pois o sindicato foi devolvido aos trabalhadores e suas lideranças reconduzidas aos seus cargos. (Bargas e Rainho, 1983:155).



ção na capital paulista e, em outubro do mesmo ano, aconteceu a greve dos metalúrgicos de São Paulo, comandada, na prática, pela oposição sindical metalúrgica de São Paulo (OSM-SP). Quando a greve estava em franco declínio, ocorreu o assassinato de Santo Dias da Silva, atingido por um tiro desferido por um policial, defronte a uma fábrica na Zona Sul da capital paulista. Esse episódio incendiou a greve, e o sepultamento de Santos Dias transformou-se em uma grande manifestação popular contra a ditadura. Também foi um momento importante de aproximação entre a oposição metalúrgica de São Paulo e com as lideranças sindicais de São Bernardo. As relações dos sindicalistas “autênticos” com as “oposições sindicais” sempre foram marcadas por identidades importantes, mas também por significativas diferenças. Por atuar no mesmo setor, pela proximidade e por sua importância estratégica, a relação foi mais intensa com a OSM-SP. Com esta, uma questão em particular, foi objeto de ressalvas e de certas divergências: seus respectivos entendimentos quanto ao papel das comissões de fábricas (cujas inspirações principais eram as experiências da Cobrasma, em Osasco, até as greves de 1968

e das Comissões Obreiras da Espanha) e dos grupos inter-fábricas e suas relações com os sindicatos. O espaço sindical estava tendo significados muito diferentes na experiência do ABC, em comparação com a de São Paulo. Sem o apoio do sindicato, as lutas operárias em São Paulo emergiram constituindo, autonomamente, diversas experiências de comissões de fábrica e grupos inter-fábricas. Tal processo contou com um papel decisivo da OSM, que, por sua vez, tornou-se a principal referência dessas lutas e uma referência importante no debate sindical que ocorria, com um novo impulso, em todo o país. (Véras de Oliveira, 2002:58).

O governo tentou amortecer o ímpeto mobilizador e reivindicatório dos trabalhadores, adotando uma nova política salarial que estabelecia o reajuste semestral dos salários e a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fixado pelo governo, que estabelecia índices de reajuste maiores para as camadas salariais menores. A possibilidade de negociação salarial direta entre trabalhadores e empregadores de um valor acima do INPC ficava restrita a um determinado índice associado à produtividade.

A GREVE DOS 41 DIAS

A campanha salarial do ano seguinte foi cuidadosamente preparada pelo sindicato de São Bernardo, levando-se em conta a possibilidade iminente de uma nova greve, que provavelmente seria ainda mais difícil que a anterior.

Por isso, um intenso trabalho de mobilização nas fábricas e nos bairros foi posto em prática. Entre janeiro e março de 1980 foram realizadas 215 reuniões (por fábrica) no sindicato e 65 assembleias nas entradas e saídas dos turnos, nas portas de fábrica. Foram impressos 450 mil boletins; 600 mil suplementos da Tribuna Metalúrgica; 62 mil adesivos; 19 mil cartazes e 20 faixas convocando para assembleia decisiva de 30 de março de 1980. (Antunes, 1988: 66).

Aproximadamente 60 mil trabalhadores, em assembleia no dia 30 de março, votaram pelo início da greve a partir de 1º de abril. Começava mais uma batalha, desta vez de 41 dias, cujo impacto marcou profundamente a história do sindicalismo brasileiro e mudou os rumos da redemocratização, conferindo-lhe um caráter mais amplo do que pareciam prever, inicialmente, os militares.

Iniciadas tardiamente, as negociações acirraram-se nos pontos nodais: a FIESP ofereceu 3,65% e depois chegou a oferecer 5% de reajuste acima do INPC, em resposta à reivindicação de 15% dos trabalhadores. Quanto ao piso salarial, os patrões ofereceram Cr\$ 5.904,00 frente a uma reivindicação de Cr\$ de 12.000,00. A estabilidade de 12 meses, a



redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o reconhecimento do delegado sindical e o controle da chefia, foram recusados pela entidade patronal. (Antunes, 1988: 67-69).

A adesão à greve foi esmagadora, atingindo 90% dos 142 mil metalúrgicos em São Bernardo, sem que houvesse necessidade de se lançar mão da ação dos piquetes, como ocorrera no ano anterior.

Além dos metalúrgicos de Santo André e São Caetano, os sindicatos de Campinas, Sorocaba, Taubaté, Santa Bárbara e Jundiá também se incorporaram de forma independente em relação à federação estadual à campanha salarial dos metalúrgicos. Para surpresa geral, o TRT, no primeiro dia greve, decidiu pela não apreciação do caráter legal da greve, declarando-se incompetente para julgar a matéria. Estipulou um índice de 7% de produtividade para até três salários mínimos e 6% para as demais faixas salariais, além de estabelecer o piso salarial em Cr\$ 5.100,00 (cinco mil e cem cruzeiros), conforme a moeda nacional vigente na época. O reconhecimento do delegado sindical, a redução da jornada de trabalho e a estabilidade no emprego foram recusados.

Seguindo a orientação do sindicato, a proposta do TRT foi recusada em assembléia que reuniu mais de 100 mil trabalhadores no Estádio de Vila Euclides, que mesmo enaltecendo o fato de a greve não ter sido considerada ilegal como uma vitória dos trabalhadores, avaliava que a proposta feita pelo TRT não alterava em praticamente nada a proposta patronal recusada anteriormente. Num certo sentido, até a piorava, pois tirava Cr\$ 800,00 do piso salarial, o que representava 10% dos salários menores.

A greve seguia sua dinâmica natural, com suas gigantescas assembléias de milhares de trabalhadores, reuniões por fábrica no sindicato, assembléia nos bairros, produção de material informativo, e arrecadação de alimentos e dinheiro por parte do Fundo de Greve, que passou a receber doações de entidades sindicais e de movimentos sociais de todo o país. Tanto os trabalhadores, como a direção do movimento, demonstravam confiança em relação à possibi-

lidade de um desfecho vitorioso.

Porém, no 14º dia de paralisação, contrariando a expectativa das lideranças sindicais, a greve foi julgada pela segunda vez e, desta vez, foi considerada ilegal pelo TRT, o que sinalizava a disposição do governo e das empresas de intensificar as ações repressivas contra os trabalhadores.

No dia seguinte, 60 mil trabalhadores em assembléia repudiaram a decisão da Justiça do Trabalho e decidiram permanecer em greve. As ações antigrevistas continuaram, no dia 17 de abril, os sindicatos de São Bernardo e Santo André sofreram intervenção e suas respectivas direções foram destituídas de suas funções. Lula declara: “O governo não pode intervir nas casas dos 142 mil metalúrgicos para obrigar os operários a voltarem ao trabalho... os metalúrgicos já sabem como proceder agora, pois desde a primeira assembléia nós já contávamos com a possibilidade da intervenção e preparamos os trabalhadores para isso. A intervenção não muda o quadro nem afeta o ânimo dos trabalhadores”. (*Folha de S. Paulo*. Apud. Antunes, 1988:74)

Dois dias depois da intervenção, Lula e vários dirigentes sindicais foram presos e levados à sede do DOPS. Como esse cenário já era previsível, o sindicato estruturou um esquema organizativo que pudesse suportar as ações repressivas. Assim, além da direção que tinha Lula à frente, organizou-se um comando de greve composto de dezesseis membros e que substituiria a direção no momento em que ela fosse impedida de exercer suas funções. Havia ainda um escalão intermediário, formado por 45 trabalhadores, que se encarregava de transmitir as orientações à comissão de salário e à comissão de mobilização, compostas de 446 membros, que, distribuídos nas fábricas e nos bairros, faziam a ponte entre os grevistas e o comando da greve.

Essa estrutura organizativa, conseguiu conduzir a greve apesar das dificuldades, reafirmando nas assembléias a disposição de continuar até a vitória, o que incluía a libertação dos líderes sindicais e o fim da intervenção sindical.

Porém, ao aproximar-se do trigésimo dia



da greve, as empresas passaram a ameaçar de demissão por justa causa (alegando abandono de emprego) os trabalhadores que não comparecessem ao trabalho. -Esse clima de terrorismo espalhou o medo entre os grevistas, e mesmo diante da tentativa do comando de greve no sentido de convencer os trabalhadores de que aquelas ameaças não passavam de um blefe do patronato, não foi possível impedir que um número nada desprezível de grevistas retornasse ao trabalho, um duro golpe para o movimento, que começava a refluir de forma irreversível.

Entretanto, as comemorações do 1º de maio em São Bernardo deram uma sobrevida à greve. O Dia do Trabalho foi comemorado por mais de 100 mil pessoas e se converteu numa das mais vigorosas manifestações da sociedade civil contra a ditadura militar, que Eder Sader (1988:27,28), descreveu desta maneira:

“Era a manhã ensolarada do dia 1º de maio de 1980, e as pessoas que haviam chegado ao centro de São Bernardo para a comemoração da data se depararam com a cidade ocupada por oito mil policiais armados, com ordens de impedir qualquer concentração. Já desde as primeiras horas daquele dia as vias de acesso estavam bloqueadas por comandos policiais que vistoriavam ônibus, caminhões e automóveis que se dirigiam à cidade metalúrgica. Pela manhã, enquanto um helicóptero sobrevoava os locais previstos para as manifestações, carros de assalto e brucutus exibiam a disposição repressiva das forças da ordem. É que aquele Dia do Trabalhador ocorria quando uma greve dos metalúrgicos da região alcançava já um mês de duração e levava o chefe do Serviço Nacional de Informações a prometer que “dobraria” a “república de São Bernardo”. O que poderia ter permanecido um dissídio salarial tornara-se um enfrentamento político que polarizava a sociedade [...] Alguns minutos depois das 9 horas, o bispo Dom Cláudio Hummes iniciava a missa para 3 mil pessoas que lotavam a igreja da Matriz, num clima de tensão, sem saber o que se passaria em

seguida, quando da programada passeata proibida”.

Essa passeata, depois de momentos de tensão e de tentativas de negociação por parte de alguns parlamentares presentes, como o senador Teotônio Vilela, foi autorizada pelo governo federal. Logo que a notícia se espalhou, começou a se formar um imenso corredor de pessoas caminhando pelas ruas centrais de São Bernardo em direção ao Estádio da Vila Euclides, que foi reconquistado ao som da canção “*Para não dizer que não falei das flores*” de Geraldo Vandré, cantada por cerca de 120 mil pessoas, entre mulheres, crianças, estudantes, intelectuais, artistas, parlamentares, lideranças populares e líderes religiosos. “O que acontecera na manhã de 1º de maio de 1980 parecia condensar a história de todo o movimento social que naquele dia mostrava a cara ao sol” (Sader, 1988: 29).

Sem dúvida alguma, as manifestações de solidariedade no 1º de maio deram uma nova injeção de ânimo aos grevistas, mas os impasses da greve permaneciam os mesmos e as perspectivas de um desfecho vitorioso pareciam cada vez mais difíceis.

A polícia intensificou a repressão aos grevistas, da mesma forma que aconteceu nas duas assembléias realizadas no dia cinco de maio na Igreja Matriz, e que resultou na detenção de 40 pessoas e um saldo de 70 feridos durante os choques entre policiais e trabalhadores.

Em Santo André, os metalúrgicos votaram pelo retorno ao trabalho, depois de 34 dias de paralisação. Os representantes patronais, sentindo o desgaste do movimento, recusaram-se a negociar. Uma passeata de mil mulheres carregando flores e acompanhadas de seus filhos, alguns ainda bebês, percorreu as ruas de São Bernardo para pedir a reabertura das negociações.

No dia 11 de maio, em assembléia na Igreja Matriz cercada por forte esquema policial, os trabalhadores ali presentes decidiram pelo fim da greve e pela continuidade das suas reivindicações no interior dos locais de trabalho. No dia seguinte, os metalúrgicos voltaram



ao trabalho, mas levavam com eles duas reivindicações: a retomada do sindicato sob intervenção e a libertação dos dirigentes presos.

O ressurgimento do movimento sindical na cena política brasileira, a partir de 1978, significou não só a resistência à superexploração a que estava submetida a classe operária, mas principalmente o resgate de sua dignidade. “A luta dos trabalhadores deu-se basicamente como expressão de uma luta

mais ampla por direitos de cidadania no interior da sociedade” (Rodrigues, 1997:19). A classe trabalhadora que se afirmou naquele cenário de lutas já não aceitava mais a noção de uma cidadania limitada. Por isso, o movimento sindical emergente procurava se articular nacionalmente, na perspectiva de construir novas referências a partir da experiência operária e sindical que ganhara ruas e praças em plena ditadura militar.

PARA SABER MAIS:

ABRAMO, Láís Wendel. “Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho”. In Kowarick, Lúcio (org.) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NEGRO, Antonio Luigi. 2004. *Linhas de montagem: industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Marco Antonio. *Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil. Da era Vargas ao governo FHC*. Campinas: Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Veras de. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações – do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia do FFLCH da Universidade de São Paulo, 2002.

RAINHO, Luís Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais em São Bernardo – 1977-1979*. São Bernardo do Campo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.



PARTE IV

AS ARTICULAÇÕES SINDICAIS E A FUNDAÇÃO DA CUT





Mesmo que não tenha conseguido silenciar por completo a resistência operária, a ação repressiva que sucedeu as greves de 1968, desarticulou o movimento sindical combativo por quase uma década. Chama a atenção, no entanto, como o movimento sindical se reorganizou rapidamente forma surpreendente. Para Rodrigues (1991:13-14), três fatores concorreram para isso:

- 1) a permanência da estrutura sindical de forma intacta durante o regime militar, o que permitiu à nova geração de dirigentes, razoáveis recursos administrativos e financeiros quando estiveram à frente dos sindicatos;
- 2) a ascensão de dirigentes desvinculados da herança janguista e do antigo PTB e pouco influenciados pelo PCB, ou seja, sem ligações com o esquema comunista-petebista anterior a 1964 e com organizações de esquerda que surgiram após o golpe militar de 1964, permitiu que a penetração desses dirigentes na estrutura oficial se desse de forma quase imperceptível pelos órgãos controladores do Ministério do Trabalho;
- 3) a mudança na postura da Igreja Católica, na sua vertente “progressista”, com relação aos movimentos populares e também ao sindicalismo, o que resultou na aproximação de lideranças dos movimentos populares com o chamado “sindicalismo autêntico”.

Entre as primeiras articulações intersindicais e a fundação da CUT, em agosto de 1983, não se passaram cinco ou seis anos, um tempo relativamente curto se levarmos em conta o contexto de repressão, cujos dispositivos, permaneciam em funcionamento quando o movimento sindical passou a se rearticular.

Em novembro de 1977, um grupo de 205 sindicalistas de São Paulo foi à Brasília e, em audiência com o presidente Geisel, reivindicou o direito de os trabalhadores realizarem o seu Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). A resposta do Ministério

do Trabalho foi positiva, desde que o referido encontro não se convertesse em organismo intersindical permanente e fosse convocado pelas confederações sindicais. A organização do congresso, contudo, não foi encaminhada em função do boicote das confederações (Véras Oliveira, 2002: 111).

No ano seguinte, no mês de julho, realizou-se, no Rio de Janeiro, o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em que o grupo de dirigentes sindicais denominados “autênticos” defendia uma postura mais atuante e combativa por parte das entidades sindicais, opondo-se à direção da CNTI, comandada por Ari Campista.

Ao final do congresso, os “autênticos” divulgaram uma Carta de Princípios que defendia a redemocratização do país, o fim das leis de exceção, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, e no plano sindical, pleiteava o direito de greve sem restrições, a livre negociação com os empregadores e o estabelecimento do contrato coletivo de trabalho.

Em outubro do mesmo ano, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo realizaram seu III Congresso, em cujas resoluções aparece claramente a necessidade de os trabalhadores brasileiros organizarem sua “central de trabalhadores” (Giannotti e Neto, 1990:29).

Em Lins, cidade do interior de São Paulo, ocorreu, de 22 a 26 de janeiro de 1979, o IX Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo. O fato marcante desse evento foi o aparecimento, pela primeira vez num encontro intersindical, da proposta da criação de um Partido dos Trabalhadores. Essa proposta foi exposta de forma mais incisiva na comemoração do 1º de maio daquele ano, em São Bernardo.

As oposições sindicais que também começaram a se articular nacionalmente e realizaram, em 10 e 11 de maio de 1980, o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS), que reuniu trabalhadores do campo e da cidade com o objetivo explícito de discutir a unificação das lutas, trocar experiências, estabelecer um plano comum de ações político/sindi-



cal e promover um debate nacional –sobre a organização sindical, além de contribuir para criação de uma central de trabalhadores. Compareceram ao encontro bancários, jornalistas, metalúrgicos, professores, trabalhadores da construção civil, e trabalhadores rurais ” (Gianotti e Neto,1990:30-31).

Ainda em 1980, ocorreram dois dos três encontros importantes do bloco combativo do movimento sindical, o que acabaria resultando na criação da Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular (ANAMPOS). Esses encontros reuniram, além de sindicalistas, líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de atividades comunitárias de base e das oposições sindicais¹. O primeiro destes encontros aconteceu em fevereiro, em João Monlevade, Estado de Minas Gerais, no Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade, e definiu alguns princípios básicos ligados à luta pela democratização da estrutura sindical, tais como:

- a substituição da CLT por um código de trabalho
- a adoção do contrato coletivo de trabalho, liberdade e autonomia sindicais de acordo com a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- fim da legislação restritiva ao direito de greve.

Em julho foi realizado o Encontro de São Bernardo, que apontou um conjunto de reivindicações mais amplo e mais radical, incluindo a luta pela posse da terra pelos trabalhadores rurais e urbanos. Além da reivindicação de uma nova estrutura sindical, baseada nos princípios da Convenção 87 da OIT, os participantes manifestaram-se a favor da criação de uma central única dos trabalhadores e de organismos intersindicais reunindo trabalhadores urbanos e rurais. Pela primeira vez, apontou-se de forma clara a necessidade de um partido político capaz de contribuir para a libertação das classes populares (Rodrigues, 1991:20).

O ano de 1980, impulsionado pelas lutas sindicais, continuou bastante movimentado em relação às articulações sindicais. Nos dias 13 e 14 de setembro realizou-se o I Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), cujo objetivo, era estreitar os laços e estabelecer uma aliança entre as oposições sindicais combativas e os sindicalistas autênticos. Porém, os sindicalistas presentes ao encontro se opuseram à proposta de criação de uma organização própria que excluísse parte dos sindicalistas da “Unidade Sindical” e defenderam a participação de todos na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

O lançamento oficial do PT, que ocorreu em 10 de fevereiro de 1980, no tradicional Colégio Sion, em São Paulo, acentuou as divergências já existentes no interior do sindicalismo brasileiro. O caso mais evidente se deu com as correntes sindicais vinculadas aos partidos comunistas, que obviamente não viam com simpatia o fato de setores emergentes do sindicalismo apostarem seu futuro político numa nova agremiação partidária. Desse modo, segundo Leôncio Martins Rodrigues, (1991: 27-28), é possível distinguir quatro grandes tendências às vésperas da realização da CONCLAT, a primeira grande conferência nacional da classe trabalhadora após 1964:

1. Unidade Sindical que reunia sindicalistas sob a influência do PCB, do PC do B e do MR-8. Recomendavam prudência e moderação nas mobilizações operárias para não colocar em risco a abertura democrática, neste sentido, eram contrários à idéia de uma greve geral, e rejeitavam a convenção 87 da OIT como referência para adoção da liberdade e autonomia sindical.
2. Bloco dos sindicalistas independentes ou autênticos: que tinha Lula como principal liderança referência era o combate à legislação sindical, luta contra a

² Segundo Rodrigues (1991), essa junção de sindicalistas com militantes dos movimentos sociais se explica diretamente pela atuação de intelectuais militantes ligados à Igreja. “Entre estes, cumpre citar Frei Beto, que teve papel relevante na aproximação dos “autênticos” com os movimentos sociais e no encaminhamento dos militantes católicos para o PT”.





política salarial, pelo direito de greve, pela liberdade e autonomia sindical e pela negociação direta entre sindicato e empresa.

3. As oposições sindicais, que formavam um grupo relativamente heterogêneo de ativistas sindicais (conforme já falamos) e tinham com principais bandeiras a organização no local de trabalho por meio de comissões de fábrica, a oposição à estrutura sindical e a defesa da liberdade e autonomia sindicais, de um modo geral rejeitavam a aliança com os pelegos e com os “reformistas” da Unidade Sindical e procuravam formar um bloco com os “autênticos”. Grande parte das oposições tinha origem na militância da Igreja Católica, mas havia membros da esquerda como ativistas do PC do B na oposição metalúrgica de São Paulo, que não vão aderir à CUT nos seus primeiros anos.

4. E, finalmente, o quarto bloco, formado por ativistas de extrema esquerda, vinculados a pequenos agrupamentos de esquerda que viam na ação sindical uma perspectiva revolucionária que, de alguma forma, levaria à exacerbação dos conflitos de classe, rumo ao socialismo; na sua maioria, viam como opção tática a aproximação com os sindicalistas combativos.

O III Encontro, em junho de 1981, aconteceu em Vitória, Espírito Santo, e reuniu 130 delegados de 18 estados. Assim como nos encontros anteriores, foram aprovadas propostas que iam, passo a passo definindo e estruturando a concepção do sindicalismo combativo, sempre numa estratégia paralela com os movimentos populares. Dentre elas:

- a reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
- a decretação de uma greve geral que envolvesse não apenas os sindicatos, mas tam-

bém as associações e movimentos do campo e da cidade;

- o fim da estrutura sindical e a formação de uma central única dos trabalhadores. (Rodrigues, 1991:21).

Nesse encontro, ficou mais demarcada a linha divisória entre as diversas correntes do movimento sindical, ao se mostrarem infrutíferas as tentativas de atrair para a ANAMPOS os sindicalistas “reformistas”, como Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e dirigente do Partido Comunista Brasileiro, numa evidente estratégia cujo intuito era afastá-los da aliança com os pelegos, o que se mostrou inviável em pouco tempo. Por outro lado, “os sindicalistas autênticos se aproximavam cada vez mais das oposições sindicais, afastando-se de companheiros de viagem que tinham práticas cada vez mais discordantes”. (Gianotti e Neto: 1990:35).

Apesar dos sinais visíveis de desgaste entre as diversas correntes do sindicalismo brasileiro, foi realizada, entre 21 e 23 de agosto de 1981, na Praia Grande, litoral de São Paulo, a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), reunindo 5.427 trabalhadores do campo e da cidade, representando todas as frações do movimento sindical brasileiro. Desde o golpe de 64, era a primeira vez que isso acontecia, fato que causou grande impacto no cenário político nacional. Além disso, em 1981, os trabalhadores passaram a experimentar os efeitos da crise econômica que o país começava a viver de forma mais aguda, graças principalmente ao agravamento do endividamento externo, cujo primeiro impacto se manifestou nas demissões em massa e no conseqüente desemprego¹, provocados pelo ajuste recessivo na política econômica, levado a cabo pelo governo do general Figueiredo. (Mattoso, 1995:139).

Esse cenário, visivelmente desfavorável às grandes mobilizações de massa, como as de 1979 e 1980, colocava, a necessidade cada vez mais urgente de uma organização intersindical

¹ Somente nas bases dos metalúrgicos de São Bernardo foram mais de 13 mil demissões na Volks; 6 mil na Mercedes; 2 mil na Ford e mais de 20 mil no restante das empresas. Vêras de Oliveira (2002:138).





dos trabalhadores no plano nacional.

A realização dessa Conferência atestou a grande capacidade de rearticulação do movimento sindical, e, se nesse sentido, pode ser considerada um sucesso indiscutível, por outro lado, demonstrou que o sindicalismo brasileiro estava dividido em dois grandes blocos, e que a possibilidade de formação de uma central única estava cada vez mais longe de se viabilizar, embora ambos os lados fizessem questão de demonstrar que as possibilidades de unidade ainda não estavam totalmente esgotadas.

De um lado, os “autênticos” e as oposições sindicais, defendiam a realização de uma greve geral como resposta à crise econômica e ao desemprego, além das mencionadas propostas de desmontagem da estrutura sindical por meio da implantação da liberdade e autonomia sindicais.

De outro, o bloco da reforma ou da unidade sindical, que viam a greve geral com ameaça ao processo de abertura e apontavam a proposta de “Pacto Social” como uma alternativa mais coerente com o processo de transição democrática. Também eram mais moderados em relação ao combate à estrutura sindical.

Tais divergências, apesar de não permitirem o avanço no que se referia à aspectos mais específicos da organização sindical, não impediram que fosse votada e aprovada uma ampla plataforma de luta e mobilização, juntamente com reivindicações que traduziam aspectos de consenso geral, como a defesa da democracia, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a liberdade de expressão, o desmantelamento dos organismos de repressão, o direito de greve, a estabilidade no emprego, e a reforma agrária, entre outros.

Ao final da conferência, foi eleita a

Comissão Nacional Pró-CUT, formada por 56 sindicalistas urbanos e rurais de todas as tendências, com objetivo de preservar a unificação do movimento sindical e preparar a criação da Central Única dos Trabalhadores, prevista para agosto de 1982.

As divergências preponderaram sobre os consensos na Comissão Pró-CUT, o que acabou inviabilizando a realização do congresso de fundação da central na data prevista, no ano de 1982. Os membros da Unidade Sindical argumentavam que não havia condições para a preparação de um grande encontro nacional, naquele ano. Além disso, salientavam que 1982, um ano de eleições, não seria propício para a realização do CONCLAT. (Rodrigues, 1991:33).

No entanto, o ponto central da discórdia entre os dois grupos dizia respeito aos critérios de representação e eleição dos delegados ao congresso. Os “autênticos” e seus aliados eram favoráveis a uma central sindical com caráter mais amplo, que incorporasse as “oposições sindicais”, o que era garantido pelo artigo 8º do regimento interno do futuro congresso, e que, ao mesmo tempo, reduzisse o peso das federações e confederações. O presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, José Francisco da Silva, alinhado com o bloco da Unidade Sindical, assim se expressou:

“Para Construir uma Central Única dos Trabalhadores, coisa que não abrimos mão, ela tem que se basear nas entidades. A entidade sindical é a ferramenta dos trabalhadores. Esse artigo oitavo está sendo utilizado para deturpar o bom andamento do movimento sindical. Vocês fiquem com a CONCLAT de vocês”. Voz da Unidade, 11/8/83, apud. Giannotti e Neto (1990:45).

⁴ Em setembro de 1982, o quadro era o seguinte: 1) CONCLAT adiado; 2) mudanças no critério e na composição da Comissão Nacional Pró-CUT; 3) duas convocações para duas reuniões diferentes: uma para 27 e 28 de novembro e outra para 4 e 5 de dezembro. Nos meses de setembro outubro e novembro realizaram-se os ENCLATS. Na mencionada reunião de novembro foi deliberado que: o CONCLAT seria realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Paulo também se aprovou o regimento interno, o temário, o plano de lutas e a eleição da “Nova Comissão Nacional Pró-CUT” com 69 membros, mais a confederações e entidades nacionais. Até maio/junho, tudo fazia crer que o CONCLAT seria realizado sem maiores questionamentos. I Congresso da Classe Trabalhadora. 1984. Publicação da CUT/Tempo e Presença Editora. p. 49-50.





Foram inúmeras reuniões ao longo de 1982 e 1983 com o objetivo de negociar as diferenças e estabelecer um compromisso no sentido de manter o movimento sindical unido até a realização do congresso, inclusive com a realização dos encontros estaduais (ENCLATS) para a escolha de delegados¹.

Porém, quando José Francisco deu esta declaração ao jornal *Voz da Unidade*, já estava esgotada a última tentativa de conciliação entre as duas correntes que polarizavam o sindicalismo brasileiro, ocorrida em reunião no dia 7 de agosto, quinze dias antes do I Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

PARA SABER MAIS:

ANTUNES, Ricardo. 1988. A rebeldia do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp.

GIANNOTTI, Vito e Neto, Sebastião. 1990. CUT por dentro e por fora. Petrópolis: Vozes

RODRIGUES, Iram Jácome. 1997. Sindicalismo e política. A trajetória da CUT. São Paulo: Scritta e Fapesp.

RODRIGUES, Leôncio Martins (1991). "As tendências políticas na formação das centrais sindicais". In: Boito Jr, Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



PARTE V

A FUNDAÇÃO DA CUT



“Depois de uma longa viagem de mais de três mil quilômetros, no dia 23 de agosto, a delegação integrada por 45 trabalhadores rurais de Santarém (Pará) seria a primeira a chegar a São Bernardo do Campo para participar do I CONCLAT, que teria início três dias depois”. Cita-do: “I Congresso da Classe Trabalhadora”. Publicação da CUT/Tempo e Presença Editora. p.78, 1984.

E assim foram se unindo aos trabalha-dores do Pará, no dia seguinte àquele 23 de agosto, outras delegações que chegavam de todo o país, superando a expectativa dos orga-nizadores, que esperavam algo em torno de quatro mil participantes. As atividades cultu-rais começaram no dia 25, quinta-feira, com a encenação, pelo Grupo de Teatro Forja, for-mado na sua maioria por trabalhadores meta-lúrgicos, da peça “Operário em construção”. No dia seguinte, como previsto, ocorreu a abertu-ra oficial do histórico I Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), nas também his-tóricas dependências dos estúdios da Cia de Cinema Vera Cruz. Mesmo sem a participa-ção dos sindicalistas da Unidade Sindical, o congresso que fundou a CUT teve a participa-ção de 5.059 delegados de 912 entidades, re-presentando 12.192.849 trabalhadores. O tot-al de entidades estava distribuído da seguinte forma: 355 sindicatos urbanos; 310 sindicatos rurais; 99 associações de funcionários pú-blicos; 134 associações pré-sindicais; 5 fede-rações; 8 entidades nacionais e 1-confedera-ção. A participação foi maior que na I Confe-rência de 1981 (5036 delegados). A participa-ção do campo quase duplicou em número de delegados, apesar da ausência da CONTAG e das 23 federações do campo (1658, contra 916 em 1981). Os trabalhadores do setor público se juntaram aos trabalhadores do setor priva-do com uma participação três vezes maior: 483, contra 145 em 1981. A grande ausência foi das confederações e das federações: 68, contra 206 em 1981.

Num contexto de crise econômica, com arrocho salarial e desemprego elevado, além de vários sindicatos sob intervenção, o Plano de Lutas do congresso se orientou para dar uma resposta política mais radical àquela conjun-tura, por exemplo:

- o fim da política econômica do governo
- o rompimento com o FMI
- a liberdade e a autonomia sindical
- a liberdade de organização política
- a reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores
- a suspensão do pagamento da dívida externa
- o direito irrestrito de greve
- as eleições diretas para presidente, pre-feitos das capitais e das áreas de segurança nacional
- o fim das intervenções sindicais e a reintegração das diretorias cassadas
- o reconhecimento da CUT - como órgão máximo de representação dos trabalhadores

Após a aprovação do plano de lutas se-guiu-se o momento mais esperado da pauta do congresso: a criação da CUT. Após a discus-são e aprovação do texto preliminar nos gru-pos, foi elaborada uma redação final com pe-quenos ajustes em relação ao texto original:

“A plenária de delegados dos trabalha-dores (eleitos para o I CONCLAT) aprovou em 26 de agosto de 1983, a criação da Cen-tral Única dos Trabalhadores, que passará a constituir-se como direção capaz de encami-nhar, de forma organizada, a nível nacional, as lutas comuns dos trabalhadores.

Esse organismo deve ser representati-vo, democrático e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos, com seus es-tatutos aprovados neste congresso.

Sua primeira diretoria será eleita neste CONCLAT, com mandato de um ano, tendo a incumbência básica de, no plano político, en-caminhar o plano de lutas aprovado e, no âmbito organizativo, estruturar e implantar a CUT em todos os níveis.” (Op.cit. p.164).



A Central reafirma seu princípio fundamental que orientou o novo sindicalismo desde as suas primeiras manifestações:

“A CUT luta pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais. A CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados a partir de seus locais de trabalho. A CUT luta para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora. O sindicato pelo qual a CUT luta será organizado por ramo de atividade produtiva, será democrático e de massas”(Op.cit. p.178).

Com a fundação da CUT, o movimento sindical escrevia um dos capítulos mais importantes de sua história. Um capítulo com páginas generosas de lutas e conquistas, porém, não isentas de contradições e ambigüidades, dentre elas, a principal: a tentativa de romper com a estrutura sindical oficial a partir de suas própri-

as bases, ou como se diz no jargão sindical, “a partir de dentro da própria estrutura”.

A iniciativa ousada dos chamados “combativos” mostrou-se acertada e representou uma importante vitória para essa corrente que se lançou na dianteira, a fim de ocupar o espaço político de representação nacional dos trabalhadores, criando sua própria central sindical, conforme se pode atestar mediante seu extraordinário crescimento ao longo dos anos 80, quando consolida sua hegemonia no movimento sindical, comandando as principais mobilizações sindicais e tornando-se a principal referência dos trabalhadores na defesa de seus interesses. O bloco contrário, que não participou da fundação da CUT, convocou o “seu” Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, também com o nome de CONCLAT, para novembro do mesmo ano. O congresso elegeu uma Coordenação Nacional mantendo a mesma sigla. Cerca de três anos depois, em março de 1986, a CONCLAT realizou outro congresso que resultou na formação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). (Rodrigues, 1991:35).

ENTRE O APOGEU E A CRISE: OS IMPASSES DO PROJETO SINDICAL DA CUT

A década de 1980, que na área econômica, é chamada de “a década perdida”, foi impulsionada pela crise da dívida dos países periféricos, como o Brasil, e caracterizou-se pela “drástica redução do crescimento, pela estagnação do produto per capita, pela regressão do investimento e pela transferência de recursos reais ao exterior”. (Carneiro, 2002:140). O Brasil foi acometido de um processo de permanente desorientação econômica marcada por instabilidade no crescimento alternando períodos de retração e expansão da economia. Esses fatores, somados à intensificação da repressão sobre as entidades sindicais, fizeram refluir nos primeiros anos da década as grandes mobilizações, especialmente, as greves de massa.

Porém, a partir de 1983 e 1984, inaugurava-se um novo ciclo de revitalização da estratégia grevista, incluindo os servidores públicos, que foram essenciais aos movimentos.

A política salarial foi a principal motivação das greves em 1983 e nos anos seguintes. Nesse contexto, o movimento sindical liderado pela CUT desempenhou um papel decisivo no combate às políticas salariais que corroíam salários e na luta contra o desemprego por meio da conquista da redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais em muitas categorias quebrando um tabu de cinquenta anos.

Foram milhares de greves ao longo de toda a década, muitas envolvendo dezenas de



milhares de trabalhadores, como a greve nacional dos 700 mil bancários em setembro de 1985. Em algumas, até milhões foram reunidos, como foi o caso das greves gerais de 1983, 1986, 1987 e 1989. Conforme observa Sandoval (1994:193):

O apoio dos trabalhadores à greve geral de 1983 variou entre 2 e 3 milhões de participantes; o movimento de 1986 cresceu cerca de cinco vezes, atingindo 10 milhões de grevistas; na greve geral de 1987, o número de grevistas permaneceu igual; por fim, a greve geral de 1989 duplicou de maneira dramática o número de participantes, atingindo cerca de 22 milhões de trabalhadores”.

Em 1987, o número de paralisações atingiu seu recorde com 2.188 greves, bem como o número de horas não trabalhadas (132 milhões). Num período de altas taxas de inflação, a greve foi o principal meio de pressão e o centro da ação sindical da CUT favorecida em parte, pela abertura política, que em março de 1985 empossou José Sarney, primeiro civil (desde 1964) a assumir a Presidência da República.

Apesar da abertura política ter propiciado um cenário melhor para a ação sindical, algumas ressalvas precisam ser feitas, pois o clima de perseguição aos dirigentes sindicais ainda se mantinha em muitas situações, pois o desfecho conservador da transição democrática, com a derrota do movimento pelas “diretas já”, favorecia o combate às ações grevistas lideradas pela CUT (sempre invocado em nome do “pacto social”), o que ocasionou um grande número de sindicalistas vitimados pela repressão. Para o sindicalismo rural as perseguições foram ainda mais trágicas: em 1986, até maio, segundo a Pastoral da Terra, mais de 110 trabalhadores rurais haviam sido assassinados em conflitos agrários. (Véras de Oliveira 2002:153).

Os contratemplos sofridos pelos dirigentes e militantes da CUT não impediram que no final da mesma década, fosse inquestionável a hegemonia da CUT como principal expressão do sindicalismo brasileiro e, conseqüentemente, sua importância no cenário político brasileiro⁵. As conquistas e os avanços do sindicalismo CUT eram inegáveis. As greves constituíram segundo Noronha (1994) apud Oliveira (2002:226) “o indicador do grau de expansão dos sindicatos e de sua capacidade de mobilização. Aos poucos, tornaram-se o instrumento de transformação das relações de trabalho. E, por fim, elevaram os sindicatos ao status de interlocutores do governo”.

Nesse mesmo período, entretanto, os dirigentes cutistas começavam a reconhecer limitações na prática sindical da Central, diante dos novos desafios postos para o sindicalismo brasileiro. A frágil organização nos locais de trabalho foi apontada como a principal debilidade dos sindicatos cutistas. A ação pautada no carro de som e no boletim sindical distribuído na “base” mostrou-se insuficiente para enfrentar o ritmo das mudanças no mundo do trabalho que ocorreriam na década seguinte.

Os anos 90 foram marcados pela perda de dinamismo do movimento sindical provocado pelo impacto do projeto de inserção do país na economia globalizada, através da política de abertura da economia brasileira, iniciada pelo Presidente Fernando Collor de Mello e levada adiante pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que desencadeou uma série de mudanças no comportamento das indústrias brasileiras e da economia em geral, com repercussões diretas na vida dos trabalhadores.

As disputas no interior do movimento sindical ganharam um novo ingrediente nos anos 90 com a fundação, em março de 1991, de uma nova central sindical, a Força Sindical, que tornou-se porta voz de um projeto, que desde o início, incorporava o ideário liberal e revelava o desejo de suas lideranças de fazer

⁵ “Entre todos os três tipos de empresas estudados (pública, de capital privado nacional e multinacional), a influência da CUT ultrapassava em muito a da CGT, uma vez que a grande maioria dos sindicatos de categoria era favorável à CUT. Assim, podemos concluir que a CUT tem conseguido, ao longo dos anos, atrair o apoio não só de um número maior de sindicatos, mas também especialmente os que representam trabalhadores das maiores companhias presentes na economia”. Sandoval (1994:162-63).





dela uma alternativa à CUT, que representaria o “sindicalismo estéril” e um “partidarismo inconseqüente”, e às CGTS, tidas como expressão de “conformismo” e de uma “proposta conservadora”. (Cardoso e Rodrigues, 1993:17-21) *apud* Oliveira (2004:273).

Além do aumento exponencial do desemprego, esse processo de “modernização” do país incorreu num acelerado ritmo de informalização e precarização do mercado de trabalho interrompendo uma trajetória histórica de formalização, ainda que em bases de baixa qualificação e remuneração da mão-de-obra. (Dedecca:2005).

Essa precarização do trabalho seguia a tendência de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho que também caminhavam na contracorrente do período anterior marcado pela conquistas de uma série de direitos sociais e trabalhistas que foram incorporados pela Constituinte de 1988, fruto das mobilizações sociais daquela conjuntura.

Efetivamente após o Plano Real (1994), as diversas medidas, apesar de seu caráter pontual, contribuíram para alterar a forma de contratação e a determinação do uso do tempo e da remuneração do trabalho no Brasil. (Krein, 2003:280-283). Para completar esse panorama pouco animador para o sindicalismo, o governo FHC adotou uma postura inflexível e intransigente em relação às greves, o que pode ser atestado na reação enérgica do governo no caso da greve nacional dos petroleiros em maio de 1995, que paralisou dez refinarias em vários pontos do país.

Nesse quadro de modernização predatória e excludente, os impactos sobre a ação sindical foram impressionantes. A insegurança do trabalhador gerada pelo desemprego, as novas formas de gestão do trabalho e as novas tecnologias levaram a uma brutal redução dos contingentes de trabalhadores em setores tradicionais como bancários, metalúrgicos, têxteis, gráficos, entre outros.

O padrão de comportamento das chefias também começou a mudar. Nas grandes empresas, em especial, foram adotadas estra-

tégias de cooptação do trabalhador como cursos comportamentais, prêmios por desempenho e dedicação ao trabalho.

A tarefa sindical dos anos 90 tornou-se mais complexa e o processo de “modernização das empresas” ocorreu, na quase totalidade dos casos, de maneira unilateral sem nenhum envolvimento dos sindicatos no processo de negociação da reestruturação produtiva. Com esse volume de mutações no cenário macroeconômico e na nova institucionalidade das relações de trabalho, o sindicalismo brasileiro e, em especial a CUT, conheceu o primeiro momento de crise estrutural, a exemplo do que acontecera cerca de uma década antes no sindicalismo dos países centrais (como Estados Unidos e países Europeus).

Temperada com as peculiaridades do contexto nacional, a crise da CUT manifestou-se na limitação drástica do espaço de intervenção sindical, dado pela ausência de mecanismos claros de proteção salarial. Ficou reduzido pelo profundo impacto que o desemprego e a crise exerceram – e ainda exercem – sobre a estrutura produtiva e sobre os próprios postos de trabalho.

Assim a intervenção sindical foi aprisionada pelo estreitamento da agenda sindical que passou a girar em torno de temas como Participação nos Lucros e Resultados (PLR), jornada de trabalho e defesa de benefícios sociais conquistados ao longo dos anos 80.

As entidades sindicais buscaram novos caminhos e novas respostas diante dos constrangimentos à mobilização e organização sindical. Começava a se difundir, em meados dos anos 90, uma noção mais ampliada de sindicato: o “sindicato cidadão”, voltado para a luta contra o desemprego, a exclusão social e a cidadania. O alvo do movimento sindical deixou de ser apenas o trabalhador empregado, mas também o trabalhador desempregado. Questões como qualificação profissional, educação de jovens e adultos, geração de emprego e renda, intermediação de mão de obra, cooperativismo, empresas autogestionárias, e uma série de outros temas, começaram a fazer parte do vocabulário e das ações sindicais. Sem abrir mão das tarefas clássicas de um sin-



dicalismo combativo, um novo ciclo se abria para o sindicalismo cutista que procurava responder através da sua intervenção no campo das políticas públicas a crescente exclusão social com todas as suas mazelas que minavam a força mobilizadora dos sindicatos.

A partir da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, a CUT irá experimentar um cenário político com o qual havia sonhado por muito tempo. O candidato vitorioso e o seu partido (PT), cuja identidade com a CUT sempre esteve associada a sua figura, conquistou a vitória através de um amplo arco de alianças que incluíam de partidos de esquerda de extração marxista a tradicionais partidos e políticos conservadores. Para enfrentar a grave crise econômica herdada do governo anterior e para tranquilizar a elite econômica, o governo de Lula teve que assumir compromissos na área econômica que desapontaram não só a CUT, mas os outros movimentos sociais que almejavam por mudanças mais rápidas.

A Reforma Sindical, que é um objetivo estratégico para a CUT não se viabilizou durante o primeiro governo Lula, que criou o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), espaço tripartite reunindo representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores. Os empresários tiveram uma postura conservadora em relação às alterações mais estruturais o atual modelo sindical, como por exemplo, a organização sindical no local de trabalho. A participação da CUT no FNT sempre foi marcada pela defesa por “mudanças radicais e urgentes no modelo de organização sindical”. No entanto, a direção reconhece que há certos sinais de acomodamento à estrutura oficial conforme aparece nas teses do 9º Congresso da Central:

“Nesse sentido, é preciso que a CUT enfrente, de forma crítica, o acomodamento de suas estruturas e entidades aos marcos da estrutura sindical corporativa, propondo estratégias e ações concretas para que suas entidades rompam firmemente com as amarras do atual modelo”. Caderno de Teses do 9º Congresso Nacional da CUT, (2006:32).

A CUT mantém o seu propósito de construir um novo modelo de organização sindical, apesar das dificuldades encontradas pelo caminho, pois o aprofundamento da democracia e da organização sindical é uma tarefa da qual a CUT não pode abrir mão, pois faz parte da sua identidade e da sua história.

Apesar das ambigüidades inerentes a qualquer organização popular, democrática e de massa como a CUT, não resta dúvida que a trajetória da nossa Central se constituiu e, ainda se apresenta, como uma das experiências mais significativas do sindicalismo de esquerda no Brasil. A CUT desempenha um papel fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social e político.

A CUT é a maior Central Sindical do Brasil e da América Latina e uma das principais entidades da sociedade civil no Brasil, que lutam pela promoção da cidadania, pelo desenvolvimento sustentável e solidário, pela inclusão social e pelo aperfeiçoamento da democracia em nosso país. Pela sua história e pelo seu presente a CUT é o maior patrimônio da classe trabalhadora brasileira. Por isso, temos o dever não só de preservar esse patrimônio, mas também de enriquecê-lo cada vez mais, através da nossa conduta e da nossa luta no presente e no futuro.

O reconhecimento das centrais que se concretiza neste momento vêm coroar o esforço de muitos anos de luta de sucessivas gerações de dirigentes e militantes cutistas. Pela primeira vez na história do nosso país, as centrais são reconhecidas como entidades sindicais com as prerrogativas de representação e negociação. Estamos testemunhando um momento histórico para a classe trabalhadora brasileira que certamente representará uma inflexão fundamental no avanço do sindicalismo numa perspectiva classista, combativa e democrática.

ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho. *Campinas: Editora da Unicamp, 1988.*

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX. *São Paulo: Editora da Unesp e da Unicamp, 2002.*

DEDECCA, “Cláudio S. “Qualificação, estrutura produtiva e mercado de trabalho”. In: CONCEIÇÃO, Martinho da. COSTA, Hélio da.(orgs). Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Profissional. *São Paulo: Publicação da Escola Sindical São Paulo/CUT, 2005.*

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. CUT por dentro e por fora. *Petrópolis: Vozes, 1990.*

_____ CUT: ontem e hoje. *São Paulo: Vozes, 1991.*

KREIN, José Dari. “Balanço da reforma trabalhista do governo FHC” In: PRONI, Marcelo W. e HENRIQUE, Wilnês (org.) Trabalho, mercado e sociedade. *São Paulo: Editora da Unesp, 2003.*

NORONHA, 1991 BOITO Jr, Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. *Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.*

OLIVEIRA, Roberto Veras de. Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações – do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão. *Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia do FFLCH da Universidade de São Paulo, 2002.*

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política. A trajetória da CUT. *São Paulo: Scritta e Fapesp, 1997.*

RODRIGUES, Leôncio Martins. “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”. In: BOITO Jr, Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. *Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.*



ANEXOS



CONGRESSOS DA CUT

I CONCLAT

Data: 26 a 28 de agosto de 1983

Lugar: São Bernardo do Campo – São Paulo

Número de Participantes: 5.059 mil delegados (envolvendo mais de 20 mil delegados de todo o país, através dos ENCLATS estaduais e regionais)

Entidades presentes: 912 (355 sindicatos urbanos, 310 sindicatos rurais, 134 associações pré-sindicais, 99 associações de funcionários públicos, 5 federações, 8 entidades nacionais e 1 confederação)

Temário do Congresso: plano de lutas; plano de ação e criação da CUT

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Plano de lutas:

- a) pelo fim da Lei de Segurança Nacional e do Regime Militar e por eleições diretas para presidente;
- b) combate à política econômica do Governo, com o rompimento dos acordos com o FMI, não pagamento da dívida externa, defesa das empresas estatais;
- c) contra a política salarial do governo, com a revogação do decreto 2045, reajuste trimestral, salário mínimo real e unificado nacionalmente etc;
- d) contra o desemprego, com a criação do salário-desemprego, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, extinção da hora-extra;
- e) defesa da Reforma Agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob controle dos trabalhadores;
- f) defesa da liberdade e autonomia sindical, contra as intervenções governamentais nos sindicatos, pelo direito de organização no local de trabalho, direito de sindicalização para servidores públicos, reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores;

Plano de ação:

- a) Greve Geral contra o decreto 2045 e pelas reivindicações do Plano de Lutas (a realizar-se até 25 de outubro);
- b) criação da CUT para conduzir o Plano de Lutas e a Greve Geral;

Organização sindical:

- a) criação da CUT;
- b) aprovação de uma versão provisória dos Estatutos (proposta apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema);
- c) eleição da Direção Nacional Colegiada (com mandato de 1 ano);
- d) definição de um plano de estruturação da CUT em todo o país (passando pela realização de congressos e plenárias estaduais e regionais e pela realização de uma Plenária Nacional, em abril de 1984, e do Congresso Nacional, em agosto do mesmo ano).

* Fonte: Caderno de Formação I: CUT 20 anos. Publicação da Rede Estadual de Formação da CUT-SP, 2001.



Não confunda:

- **Primeira CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras):** encontro unitário realizado em agosto de 1981;
- **Primeiro CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras):** realizado pelo bloco combativo, onde a CUT foi criada (os congressos da CUT depois passaram a ser chamados de Concuts);
- **CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora):** nome da entidade nacional (que não foi definida como uma central sindical, mas como uma coordenação) criada pelo bloco da Unidade Sindical, em novembro de 1983, em resposta à criação da CUT, pelo bloco dos combativos.

I CONCUR

Data: 26 a 28 de agosto de 1984

Lugar: São Bernardo do Campo – SP

Número de Participantes: 5222 (65,9% delegados de base e 34,1% delegados de diretoria)

Entidades presentes: 937 (144 sindicatos da indústria, 308 sindicatos rurais, 246 sindicatos de serviços, 31 associações pré-sindicais, 68 associações de funcionários públicos, 140 associações profissionais).

Temário do Congresso: avaliação do primeiro ano de implantação da CUT; situação política e econômica do país; planos de lutas e de ação; consolidação da CUT.

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Balanco político:

Na avaliação do primeiro ano de construção da CUT, destacaram-se (com diferentes enfoques): a) a constatação do acerto da criação da CUT; b) o reconhecimento de dificuldades na implantação da CUT nos Estados e Regiões; c) o reconhecimento da dificuldade de condução pela CUT do Plano de Lutas e da Greve Geral; d) o reconhecimento da pouca participação da CUT na Campanha das Diretas Já;

Plano de lutas:

- a) continuidade da luta pelas Diretas Já e pelo boicote ao Colégio Eleitoral;
- b) definição por uma pauta de reivindicações imediatas, referenciada no Plano de Lutas aprovado no Congresso de 83 e articulada com a luta pelas Diretas Já, com

os seguintes pontos: **a)** reajuste trimestral e reposição das perdas salariais; **b)** salário desemprego; **c)** reforma agrária radical e sob o controle dos trabalhadores; **d)** revogação dos decretos-lei 2.065 (que havia substituído o 2.045) e o 2100 (dirigido às estatais); **e)** redução da jornada para 40 horas semanais; **f)** ruptura com o FMI e revogação da Lei de Segurança Nacional, entre outras;

Plano de ação:

- a) organização de uma campanha nacional de luta em torno da pauta de reivindicações imediatas e da luta pelas Diretas Já;
- b) definição da Greve Geral como principal instrumento de luta pela plataforma definida, com foco na bandeira das Diretas Já;
- c) apresentar tal plataforma à Conclat, mas não submeter seu encaminhamento a ela;

Organização sindical:

- a) confirmação da construção da CUT, com aprovação de um estatuto em caráter “definitivo”;
- b) definição dos princípios que devem nortear a discussão e elaboração de um projeto de uma nova estrutura sindical: i) democracia (garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opinião); *sindicato classista e de luta* (garantindo a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos); ação sindical (combate a toda forma de exploração, utilizando-se de todas as formas de luta oportunas); liberdade e autonomia sindical (em relação aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e religiões); organização sindical (os sindicatos serão organizados por ramo de atividade produtiva; os trabalhadores criarão suas formas de organização desde os locais de trabalho até a Central Sindical, seu órgão máximo); eleições sindicais (garantia de democracia nas eleições); sustentação financeira (abolição das formas impostas); sindicalização (buscar ampliar sindicalização); da unidade e da central (unidade sindical pela base);
- c) definição de um processo interno de discussão de um ante-projeto de nova estrutura sindical e de um Código Mínimo do Trabalho, até a Plenária de 1985;
- d) criação da Secretaria Rural, para compor a Executiva Nacional da CUT e as Executivas Estaduais e Regionais;

II CONCURTO

Data: 01 a 03 de agosto de 1986

Lugar: Rio de Janeiro – RJ

Número de Participantes: 5564 (70,4% delegados de base e 29,6% delegados de diretoria)

Entidades presentes: 1016 (182 sindicatos da indústria, 366 sindicatos rurais, 276 sindicatos de serviços, 114 associações de funcionários públicos, 78 associações profissionais)

Delegação internacional: sem registro (embora conste que tenha sido uma das maiores delegações estrangeiras em Congressos da CUT, inclusive com representação dos países do Leste Europeu).

Temário do Congresso: conjuntura econômica e política do país; projeto de nova estrutura sindical; mudanças estatutárias

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Plano de lutas:

Definição por uma nova Campanha Nacional de Luta, intitulada “Terra, salário, emprego e liberdade”, com os seguintes pontos principais:

- recuperação das perdas salariais (impostas pelo Plano Cruzado);
- redução da jornada para 40 horas semanais e salário-desemprego;
- direito irrestrito de greve e liberdade e autonomia sindical;

- reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;

- não pagamento da dívida externa;
- participação popular na Constituinte;

Plano de ação:

- a) apoio incondicional a todas as lutas contra os patrões e o governo, independentemente de quem as dirijam;
- b) preparação da Greve Geral;
- c) definição de um Dia Nacional de Luta em



- torno das reivindicações da Campanha Nacional de Lutas, entre outubro e novembro;
- d) levantamento nacional de todos os dirigentes sindicais, membros de comissões de fábrica e de Cipas, que foram demitidos e afastados de seus locais de trabalho e dos assassinatos de lideranças sindicais no campo, a ser entregue em audiência pública ao Ministério do Trabalho e ser divulgado amplamente;
 - e) definição do dia 25 de julho como Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária;
 - f) apoio à eleição de deputados identificados com as propostas da CUT para a Constituinte e realização de campanhas em defesa das propostas defendidas pela Central;
 - g) contribuir para a realização de um encontro latino-americano e caribenho sobre o tema da dívida externa;

Organização sindical:

- a) **projeto de uma nova estrutura sindical:**
 - aprovação de um projeto de nova estrutura sindical, baseado no princípio da autono-

mia e liberdade sindical, visando implantá-la na prática.

- indicação de garantias sindicais que devem ser previstas na Constituição e na legislação ordinária, pelas quais a CUT deve lutar. Sobretudo relacionadas com a garantia da liberdade e autonomia sindical, com a estabilidade no emprego para sindicalistas e membros de organizações dos trabalhadores no local de trabalho e com a obrigatoriedade do desconto em folha das contribuições definidas pelos sindicatos etc;

b) **mudanças estatutárias:**

- definição de forma mais precisa dos critérios de participação nos congressos nacionais, estaduais e regionais;
- criação dos *departamentos profissionais* por ramo de atividade econômica (de modo a afirmar a CUT como entidade de representação sindical, e não só de articulação);
- criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, subordinada à Secretaria de Política Sindical, a nível nacional e estadual;

III CONCURTO

Data: 7 a 11 de setembro de 1988

Lugar: Belo Horizonte – MG

Número de Participantes: 6247 delegados (3178 delegados de base e 3065 delegados de diretoria)

Entidades presentes: 1143 (233 sindicatos da indústria, 374 sindicatos rurais, 289 sindicatos e outras entidades de serviços, 48 sindicatos do setor financeiro, 28 entidades do setor de transporte e 185 associações de funcionários públicos)

Temário do Congresso: conjuntura atual e as tarefas da CUT; concepção e prática sindical; diretrizes de ação; plano de lutas

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Principais diretrizes de ação:

- a) solidariedade internacional à luta dos trabalhadores de todo o mundo; defesa da Revolução Sandinista e dos processos revolucionários de El Salvador e Guatemala; luta contra as ditaduras militares do continente; repúdio ao regime do

Apartheid; apoio ao Sindicato Solidarie-

- b) autonomia diante das centrais sindicais internacionais (Federação Sindical Mundial - FSM, Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres - CIOSL e Confederação Mundial do Tra-





- balho - CMT) e de suas representações na América Latina (CPUSTAL, ORIT e CLAT, respectivamente);
- c) reforço da campanha contra o pagamento da dívida externa no Brasil e na América Latina;
 - d) luta pelo controle dos trabalhadores sobre a automação e as novas tecnologias e pela redução da jornada de trabalho;
 - e) defesa da liberdade de organização nos locais de trabalho;
 - f) luta pelo fim do imposto sindical;
 - g) contra a privatização das estatais;
 - h) apoio à formação imediata dos sindicatos dos trabalhadores do serviço público;
 - i) apoio à luta pela reforma urbana, ao lado do movimento popular;
 - j) defesa da criação do Sistema Único de Saúde e da previdência social sob gestão dos trabalhadores;
 - k) pelo fim da discriminação da mulher e contra o racismo e a discriminação do trabalhador negro;
 - l) pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e contra a violência no campo;

Planos de lutas e de ação:

- a) retomada da Campanha Nacional de Lutas adotada no II Concut, combinando-a com uma campanha pelo contrato coletivo nacionalmente articulado;
- b) articulação das lutas em curso, visando a unificação das datas-base em 1º de Maio;
- c) organização de uma *jornada nacional de lutas* em torno dos seguintes pontos: i) contra a política econômica do governo Sarney e contra o pagamento da dívida externa; ii) contra a carestia e a inflação, com reposição imediata das perdas, reajuste mensal dos salários e garantia no emprego; iii) pelo fim da violência no campo e pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
- d) a partir da plataforma de lutas aprovada no Concut e das emendas populares apoiadas pelo movimento sindical e popular ao processo Constituinte, a CUT conclama entidades sindicais, populares e partidos

políticos para a defesa das reivindicações rejeitadas pelo Congresso Constituinte;

Organização sindical:

as principais mudanças estatutárias adotadas no Congresso foram:

1. o número de delegados por entidade sindical passa a ser proporcional ao número de *trabalhadores sindicalizados*, e não mais ao número de *trabalhadores da base*;
2. para as oposições passa a valer, como base para definição do número de delegados, o número de votos obtidos no último escrutínio (ou, no caso de não ter participado de eleição, com uma delegação igual ao do menor sindicato);
3. a eleição de delegados aos congressos estaduais e regionais continuam sendo feitas nas entidades sindicais filiadas, mas sem distinção mais entre diretoria e base (que, até então, existia, sendo obrigatória a proporção de 2/3 para a base e 1/3 para a diretoria; vale notar que sob a condição de “delegados de base” eram escolhidos tanto trabalhadores sem maiores engajamentos na militância, assim como membros ativos de Oposições Sindicais);
4. para o Congresso Nacional, a eleição de delegados passa a ser feita nos congressos estaduais (na proporção de 1 para cada 2 mil trabalhadores sindicalizados), e não mais nas entidades filiadas;
5. o Congresso Nacional passa a ser realizado de 3 em 3 anos, e não mais de 2 em 2;
6. definição da contribuição das entidades filiadas em 5% de suas receitas brutas anuais (as entidades pagavam até então 5% das mensalidades a título de “taxa de luta ou de solidariedade”);
7. criação da Secretaria de Políticas Sociais, para tratar das lutas relacionadas com educação, saúde, habitação, direitos humanos, meio ambiente;
8. substituição da Secretaria Rural pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais;



IV CONCURTO

Data: 4 a 8 de setembro de 1991

Lugar: São Paulo – SP

Número de Participantes: 1.554 delegados (81,63% de homens e 18,37% de mulheres)

Entidades presentes: os 1.554 representavam 1.679 entidades filiadas

Temário do Congresso: balanço político e organizativo da CUT; estratégia da CUT; conjuntura internacional e nacional; plano de ação; estatutos

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Planos de lutas e de ação:

- a) aprofundar as relações com as centrais sindicais de todo o mundo; priorizar o intercâmbio e a cooperação com as demais centrais sindicais latino-americanas; promover o intercâmbio dos trabalhadores de transnacionais presentes no Brasil, a partir do local de trabalho; intensificar o debate sobre o movimento sindical internacional com o objetivo de definir a relação política e orgânica da CUT junto aos fóruns e organismos do movimento sindical internacional;
- b) combater intransigentemente o projeto neoliberal do governo; organizar uma ampla mobilização de massa contra a recessão (ampliando o Fórum Anti-Recessão); combater o desmonte e a privatização do Estado;
- c) implantar o contrato coletivo nacionalmente articulado, garantindo um patamar mínimo para todos os trabalhadores e preservando as particularidades de cada categoria e região do país;
- d) luta pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, construindo a unidade na diversidade das lutas; combater à violência no campo; lutar pelo cumprimento das convenções coletivas dos assalariados rurais;
- e) pela democratização dos meios de comunicação (problema que ganhou evidência com o papel desempenhado principalmen-

te pela Rede Globo nas eleições presidenciais); contra a reforma constitucional proposta pelo “emendão”; contra o “Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área da Educação”;

- f) luta por creche para todos e contra a discriminação do trabalho das mulheres e aprovação da defesa pela CUT da legalização do aborto;
- g) apoio à organização dos trabalhadores do setor informal dos inativos;
- h) contra as privatizações das empresas estatais;
- i) contra o veto presidencial à política salarial aprovada pelo Congresso Nacional;
- j) convocar uma conferência sindical articulada com o movimento social brasileiro sobre desenvolvimento e meio ambiente, antes da realização da ECO/92;

Organização sindical

- a) participação dos sindicatos de trabalhadores rurais filiados à CUT no congresso da Contag, para defender o plano de lutas aprovado no 1º Congresso do DNTR, articular uma chapa cutista para as eleições de sua direção e defender a filiação da Contag à CUT;
- b) criação da Secretaria de Organização nos níveis nacional e estadual, com a responsabilidade de elaborar e coordenar políticas organizativas e a implantação da CUT nos ramos de atividade econômica;

V CONCURTO

Data: 19 a 22 de maio de 1994

Lugar: São Paulo – SP

Número de Participantes: 1918 delegados

Temário do Congresso: situação internacional, situação nacional, balanço, estratégia, plano de lutas e políticas permanentes

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Principais orientações estratégicas:

- a) reafirmação da perspectiva socialista;
- b) articular os interesses do mundo do trabalho, o ambientalismo e o específico feminino, na busca de um novo socialismo, humanista e democrático;
- c) luta por reformas estruturais, entendidas como elo de ligação entre as lutas imediatas e o horizonte socialista: conquista da soberania nacional, reforma agrária, democratização do mundo do trabalho, ampliação da democracia política, controle social sobre a economia, universalização do direito à educação, seguridade social, moradia, emprego, fim do monopólio dos meios de comunicação etc;
- d) pela construção de uma nova ética;
- e) combinação da mobilização dos trabalhadores com a ampliação da presença da Central na sociedade, através da ocupação de espaços institucionais (Câmaras Setoriais, Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT; Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP; Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade – CTCOM, entre outros);
- f) combinação do combate à implantação do projeto neoliberal com a formulação de diretrizes alternativas, visando uma nova sociedade;
- g) negação da ideologia empresarial da parceria (em contraposição a isso, lutar por uma reestruturação que se pautar pela “dimensão social da política industrial, edu-

cacional, agrícola e agrária”);

h) consolidação das políticas permanentes da CUT nos campos da organização da Central, relações internacionais, formação, gestão e finanças, comunicação e políticas sociais;

Plano de lutas:

- a) recuperação dos salários e do salário mínimo;
- b) redução da jornada de trabalho e política de geração de novos empregos;
- c) reforma agrária e política de crédito aos pequenos agricultores;
- d) controle de preços; contra o plano de privatizações; contra a terceirização;
- e) luta pelo contrato coletivo de trabalho e pela liberdade de organização sindical;
- f) defesa dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores do Mercosul e luta para redirecionar o processo de integração regional com base em princípios, tais como: desenvolvimento social, democracia e autonomia cultural e política; luta pela contratação coletiva regional (Mercosul) em nível de empresas e de segmentos produtivos; pela ampliação do processo de integração econômica ao conjunto da América Latina;
- g) pela incorporação à agenda sindical de “novos temas”: moradia, saúde, educação, Previdência, trabalho da mulher, trabalho infantil, racismo e discriminação, formação profissional, meio ambiente;
- h) intensificação da Campanha Contra a Fome e a Miséria, em torno da prioridade da luta por emprego;



Organização sindical

- a) discussão sobre a proposta de transformar ou não os sindicatos filiados em sindicatos orgânicos;
- b) definição das oposições sindicais em entidades associativas de caráter permanente;
- c) reafirmação dos 18 ramos definidos na VI Plenária, como referência para a estrutura vertical da CUT;
- d) realização de uma conferência nacional sobre a organização sindical no serviço público;
- e) modificação na organização da CUT no âmbito regional: cabe às CUTs Estaduais decidirem sobre suas estratégias de regionalização, redefinindo a situação das CUTs Regionais, onde estiverem implantadas, podendo substituí-las por subsedes (sem poder deliberativo)
- f) indicação de aumento da contribuição dos sindicatos para a CUT (a ser discutido na próxima Plenária);

VI CONCUR

Data: 13 a 17 de agosto de 1997

Lugar: São Paulo – SP

Número de Participantes: 2.266 delegados (72,5% e 27,5% de mulheres)

Temário do Congresso: conjuntura internacional; conjuntura nacional; balanço político; balanço organizativo; estratégia; plano de ação.

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Plano de lutas:

- a) articular a luta contra a aprovação das reformas Administrativa e da Previdência em curso no Congresso Nacional;
- b) impulsionar a campanha contar o desemprego trabalhando como centro a redução da jornada de trabalho sem a redução de salários;
- c) implementar as resoluções da Conferência da Cidadania, em particular o Encontro Nacional Democrático Popular;
- d) chamar os sindicatos urbanos para apoiar as lutas pela Reforma Agrária;
- e) organizar manifestações pelo direito à moradia;
- f) defender a democratização dos meios de comunicação estimulando as rádios comunitárias;
- g) criar uma política para desempregados/excluídos, defendendo a anistia para as suas dívidas públicas (água, luz etc);
- h) participar da construção da Marcha Global e do Tribunal Permanente contra o trabalho infantil;
- i) preparação da Greve Geral, a partir da organização da Marcha Nacional contra o Desemprego;

VII CONCURTO

Data: 15 a 19 de agosto de 2000

Lugar: Serra Negra – SP

Número de Participantes: 2.309 delegados (1.388 sindicatos filiados, 20 entidades nacionais orgânicas e 24 oposições sindicais reconhecidas; 69,77% de homens e 30,23% de mulheres)

Temário do Congresso: análise de conjuntura internacional e nacional; balanço político-organizativo da CUT; estratégias para as ações políticas da CUT.

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Principais orientações estratégicas:

- a) ajudar a construir um novo cooperativismo popular (“economia solidária”), como alternativa ao falso cooperativismo (“cooperगतos”) e à precarização do trabalho;
- b) no setor rural, a partir da filiação da Contag, a CUT deve buscar ampliar as filiações de sindicatos e federações; avançar na organização sindical de base (por local de trabalho e de moradia);
- c) a CUT elegeu como uma de suas prioridades para os próximos 3 anos a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- d) atuar no sentido de constituir no país um Sistema Público de Emprego, “capaz de articular um conjunto de iniciativas e programas fornecidos de modo integrado ao trabalhador, fundado em princípios e recortes metodológicos que estimulem a plenitude do desenvolvimento cidadão”; e contando com o envolvimento direto de entidades sindicais na gestão do Sistema;
- e) fortalecer o Fórum Nacional de Luta (FNL) e uma política de alianças com os setores da sociedade brasileira que se opõem às políticas neoliberais;
- f) buscar assumir um papel protagonista no movimento sindical internacional, defendendo uma reforma do movimento sindical mundial, fortalecendo as relações sul-sul;

- g) articular a luta pela ratificação da Convenção 87 da OIT com o incentivo às instâncias da Central para que desenvolvam experiências de organização sindical por ramo;

Plano de lutas:

- a) construir uma Ampla Mobilização Contra o Desemprego, a Demissão Imotivada e pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário; assumir como meta para todos os segmentos a redução da jornada de trabalho em 10%;
- b) organizar uma campanha nacional unificada para acabar com o Banco de Horas e as horas extras;
- c) reforçar a ação da FNL na organização do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa e para atuar no debate eleitoral de 2000 e de 2002;
- d) apoio à iniciativa do deputado Avenzoar Arruda visando implantar uma CPI do FAT no Congresso Nacional;
- e) colocar a bandeira de defesa dos Direitos Trabalhistas e a luta por Liberdade e Autonomia Sindical no centro das mobilizações, com a luta pela ratificação/vigência das Convenções da OIT de número 87 (liberdade e autonomia sindical), 151 (garantia de negociação coletiva na administração pública), 111 (não discriminação no mercado de trabalho), 135 (direito de representação no local de trabalho) e 158 (contra a demissão imotivada);



Organização sindical

- a) pela constituição de uma organização específica dos agricultores familiares. Do mesmo modo os assalariados rurais devem buscar criar uma organização específica;
- b) buscar elevar a sindicalização nas entidades cujo percentual encontra-se muito abaixo da média existente;
- c) buscar consolidar a estrutura sindical cutista, através das seguintes iniciativas:
- i) incentivo à constituição de sindicatos nacionais, respeitando-se as particularidades de cada setor; ii) redefinir os ramos constitutivos da estrutura da CUT;
 - iii) avançar na constituição do ramo da Comunicação e Informática, que agregue informática, telecomunicações, jornalistas, radialistas, entre outros setores; iv) organizar um Sindicato Nacional de Aposentados e Pensionistas; v) priorizar a organização por local de trabalho (comissões sindicais de empresa, delegados sindicais, organizações unitárias); vi) revigorar a estrutura horizontal da CUT; vii) estabelecer o VIII CONCURT como prazo para que os sindicatos filiados incorporem nos seus estatutos as “normas básicas” aprovadas na IX Plenária (condição para participar do próximo Congresso);
- d) discutir e aprovar na X Plenária um roteiro de temas necessários para realizar uma reforma no Estatuto da CUT, a ser submetido ao VIII CONCURT; determinação das entidades inadimplentes, para voltar a participar da vida da Central, terem que pagar pelo menos 30% de suas dívidas até o VIII CONCURT e voltarem a pagar as mensalidades em dias; realizar recadastramento geral das entidades filiadas até 31 de maio de 2001; o prazo de filiação de novos sindicatos para a participação nos Congressos da CUT deve ser efetivado até o mês de setembro do ano anterior;
- e) sobre o setor metalúrgico, frente ao processo em curso de construção do Sindicato Nacional, decide-se: “durante o processo de discussão da implantação do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos, os sindicatos de metalúrgicos que não tiverem aderido ao Sindicato Nacional terão mantida sua filiação à CNM”; “enquanto não houver uma definição estatutária no ramo da CUT alterando a representação metalúrgica nacional, o SNM em questão deverá ser filiado à CNM, sem prejuízo de outras experiências de unificação dos sindicatos”; “caberá à Executiva Nacional da CUT acompanhar esse processo, buscando garantir regras democráticas e transparentes, a unidade da CUT e a unidade e autonomia do ramo”; “não poderá haver construção de representação na base de outro sindicato filiado”. Dessa maneira volta-se a criar uma possibilidade de convivência entre os adeptos e os opositores da proposta do SNM da CUT;



VIII CONCURTO

Data: 03 a 07 de junho de 2003

Lugar: São Paulo/SP

Número de Participantes: 2.712 delegados (73,62% homens e 26,32% mulheres)

Temário do Congresso: Papel do Estado, políticas públicas e atuação da CUT; Desenvolvimento, emprego e renda; Políticas de emprego e renda e sistema público; Relações com outros setores da sociedade; Organização sindical; Reforma da Previdência; Reforma agrária e agrícola; A organização das mulheres e as políticas da CUT para a promoção da igualdade de gênero; A CUT no combate à discriminação racial e plano de lutas.

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Plano de lutas:

1. Intensificar o processo de formulações e a luta por um novo padrão de desenvolvimento econômico e social sustentável – baseados na valorização do trabalho;
2. Envolver os diversos setores e estaduais da CUT em um espaço permanente de debate, formulação e atuação conjunta nas políticas públicas;
3. Organizar a intervenção da CUT junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo, visando garantir nossas propostas no Orçamento Federal: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual; assim como o acompanhamento da implementação do Orçamento da União, estados e municípios.
4. Dar continuidade ao processo de disputa sobre o conteúdo das reformas previdenciária, tributária e fiscal, agrária e agrícola, sindical e trabalhista.
5. Avançar no fortalecimento das instâncias da CUT nos âmbitos horizontal e vertical, na perspectiva da conquista de liberdade e autonomia sindical.
6. Continuar desenvolvendo as campanhas salariais unificadas e avançar, cada vez mais, na articulação das pautas de reivindicação, bem como nas estratégias de negociação e contratação coletiva.
7. Nenhuma trégua no combate ao trabalho infantil e escravo!
8. Participar ativamente do Fórum Nacional dos Trabalhadores, visando fomentar no interior do movimento sindical um rico debate sobre as bases nas quais devem assentar-se as mudanças no âmbito das relações de trabalho e da organização sindical.
9. Participar, ativamente, no Fórum Nacional do Trabalho, na perspectiva de se conquistar um novo código do trabalho, pautado na valorização do trabalho e nos princípios da liberdade e autonomia sindical.
10. Desenvolver um amplo processo de formação das direções sindicais como um dos meios de qualificar a intervenção da CUT no debate sobre relações de trabalho e organização sindical, bem como sobre as políticas públicas.
11. Investir no processo de articulação com outros setores da sociedade civil que se identificam com o campo democrático e popular, para a construção de uma aliança social que tenha como objetivo maior se contrapor ao neoliberalismo e defender um projeto de desenvolvimento econômico e social pautado nos valores da justiça social, da demo-



cracia e da solidariedade.

12. Investir no fortalecimento da Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial, como meio de se garantir que as políticas por ela formuladas e propostas tenham maior centralidade na agenda de mobilizações da CUT.

13. Intensificar a luta em defesa da escola pública, laica, gratuita e universal.

14. A CUT deve priorizar as ações em Seguridade Social – saúde, previdência e assistência social, e saúde do trabalhador e meio ambiente.

15. A CUT tem um papel fundamental a desempenhar no combate à exclusão social, participando na elaboração e na gestão de

políticas públicas voltadas para esses setores que, em geral, não possuem um grau de coesão e organização

que lhes permita assumir um papel ativo como integrantes da sociedade civil. A CUT deve aprofundar o debate sobre a organização desses setores, levando em conta as especificidades e as diversidades presentes em seu interior.

16. A CUT deve manter e aprofundar a sua participação na luta em defesa do meio ambiente.

Organização sindical:

Construindo o sindicato por ramo de atividade

- elaboração de normas básicas para o estatuto dos sindicatos, para aprofundar a identidade das entidades cutistas, como foi a aprovação, na 9a Plenária Nacional e no 7o Concut.

- unificação dos sindicatos de base da Central é outro aspecto fundamental na construção do ramo de atividade.

- os sindicatos devem promover as alterações estatutárias necessárias para garantir a filiação de todos os trabalhadores e trabalhadoras do ramo, como já assinalado no 6o Concut, renovar as práticas sindicais e os mecanismos de relação do sindicato com sua base, bem como ampliar a organização nos locais de trabalho e a radicalização da democracia nas entidades sindicais.

Consolidar as organizações nacionais por ramos da CUT

- A Direção Nacional da CUT deve assumir um papel importante no acompanhamento e na coordenação do processo de constituição e consolidação dos ramos e de suas entidades nacionais. Sua atuação deve se pautar numa noção de unidade que é fruto de um processo político que vise integrar a diversidade política da CUT e que se fundamenta na preservação da soberania e no resgate da auto-estima e dos valores dos trabalhadores e trabalhadoras.

- A CUT deve implementar um processo para a definição da delimitação dos ramos, evitando disputas entre as entidades sindicais cutistas pela representação de trabalhadores de determinados setores.

Unificação das lutas

A intenção é articular as lutas específicas e conseguir potencializar a luta geral da classe, o que tende a fortalecer as próprias lutas específicas.

IX CONCURTO

Data: 05 a 09 de junho de 2006

Lugar: São Paulo/SP

Número de Participantes: 2.491 delegados (67,7% homens e 32,3% mulheres)

Temário do Congresso: Eleições 2006 – o papel da CUT frente aos projetos políticos em disputa; Emprego, Salário, Desenvolvimento e Inclusão Social; Democratização do Estado, Políticas Públicas e Universalização de Direitos; Fortalecimento da Estrutura e Organização da CUT; Relação da CUT com os Movimentos Sociais e a Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

Plano de lutas:

Salário, Emprego, Desenvolvimento e Inclusão Social

- Lutar pela consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentado, com justiça e inclusão social.

- Continuar a luta pela implementação de uma política permanente de valorização do salário mínimo, com a criação do imposto sobre grandes fortunas.

- Potencializar a luta pela redução da jornada de trabalho e limitação das horas extras.

- Contra a autonomia do Banco Central.

- Apoiar os trabalhadores da VARIG na sua luta contra as demissões.

- Pela limitação da “concentração do capital financeiro” via aquisição/compra de banco por outro banco.

- Pela regulamentação da aposentadoria das donas de casas e dos trabalhadores e trabalhadoras informais.

- Lutar pela manutenção da lei 8213, que garante aposentadoria aos trabalhadores rurais.

- Lutar pela redução da idade para aposentadoria do trabalhador e trabalhadora rural.

- Pela garantia da aposentadoria especial para os(as) trabalhadores(as) que labutam em atividades insalubres e perigosas.

- Fortalecer a luta pelo limite máximo da propriedade rural.

- Ruptura com a política do FMI.

Democracia e políticas públicas

- Reivindicar junto ao Governo Federal a aprovação da lei complementar, que trata da aposentadoria especial do policial civil e lutar no âmbito estadual por sua aprovação.

- Valorizar os serviços e os servidores públicos.

- Contra as privatizações. Pela reavaliação e revisão de todas as privatizações da era FHC.

- Suspensão imediata dos leilões das áreas das bacias petrolíferas e a nacionalização do petróleo e gás.

- O 9º CONCURTO reafirma a posição adotada pela executiva nacional da CUT pela anulação do leilão de privatização da Cia. Vale do Rio Doce (VRD). Em 1997 o governo FHC cometeu o crime de lesa-pátria de entregar a Vale aos interesses privados a preço irrisório. Naquele momento, a CUT e as organizações de luta de nosso povo fi zeram uma mobilização nacional contra a privatização da Vale. A CUT se engaja nessa luta, orientando as CUTs estaduais e sindicatos filiados a impulsioná-la, realizando, no início do segundo semestre de 2006, uma jornada nacional unitária pela anulação do leilão da Vale.

- Lutar pela criação de delegacias de mulheres nas cidades onde não houver e defender a extensão do seu funcionamento



para 24 horas.

- Luta contra o racismo. A CUT deve lutar pela implementação da Lei 10.639 em todos os estados e municípios; pela implementação das Convenções 100, 111 e pela ratificação da 158 da OIT; pela transformação da SEPPIR em Ministério.

- Lutar pelo cumprimento da lei que garante as cotas para as pessoas deficientes.

- Lutar pela aprovação do estatuto da igualdade racial que está no Congresso Nacional.

- Que a CUT se engaje na luta contra o nepotismo nas esferas de Governo, exigindo a criação e implementação de leis específicas.

- Lutar por uma Reforma política com a definição de critérios transparentes e prestação de contas dentro da lei (Justiça Eleitoral).

- Lutar pela redução dos impostos e valores cobrados nas tarifas, em especial de energia elétrica e telefonia.

- Na luta contra os transgênicos a CUT define:

- realizar debates e campanhas de esclarecimento, envolvendo sindicatos cutistas em conjunto com outros movimentos sociais; exigir rotulagem obrigatória de todos os produtos que contenham OGM's; lutar pela proibição definitiva das pesquisas para o desenvolvimento das sementes "terminator"; promover uma ampla campanha contra a lei de patentes por medidas efetivas que coíbam e punam severamente a bio-pirataria; lutar por mudanças nos critérios de formação da CTN-BIO, procurando garantir a participação mais efetiva dos movimentos sociais e organizações sócio-ambientais.

- Fortalecimento dos sistemas de ensino federal e estadual público.

- Pela conversão da dívida externa em recursos para a educação.

- Por uma reforma universitária que assegure o ingresso, a permanência, a autonomia das instituições, a liberdade acadêmica e uma carreira digna para os trabalhadores da educação, bem como um padrão de qualidade único em todo território nacional.

- Pela derrubada dos vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação.

- A defesa da água como bem público.

- A CUT, por intermédio dos seus sindicatos, deve avançar na luta em defesa da água, opondo se efetivamente a toda tentativa de privatizá-la. Garantindo, desta forma, a gestão e controle público da água, com participação da sociedade civil.

- Pelo fim do assédio moral. Lutar pela aprovação da lei contra assédio moral que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

- Contra a extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA); pela retirada da MP 283; por exigir do Governo a caducidade dos contratos de concessão à iniciativa privada da malha ferroviária e a suspensão imediata do Programa de Regionalização/Privatização da CBTU, mantendo seu caráter estatal e federal; reintegração de todos anistiados demitidos aos quadros da CBTU e RFFSA.

- Apoiar a aprovação e implementação do PCI (Plano de Carreira Indigenista - FUNAI), bem como os demais planos de carreira dos servidores federais, já objeto de acordo.

- Lutar para que as escolas da rede pública desenvolvam em seus planos pedagógicos os temas: gênero, raça, etnia, sexualidade, saúde reprodutiva, direitos humanos, etc.

Organização sindical:

- ampliar a representatividade dos sindicatos, superando o isolamento do atual modelo, propondo fusões e unificação de entidades, ampliando o número de trabalhadores sindicalizados e construindo a Organização no Local de Trabalho;

- aprofundar a estrutura e organização das estaduais da CUT visando ampliar seu papel, atuação e inserção nos estados, com maior capilaridade e capacidade política de atuação;

- democratizar de forma plena as entidades de base. Esta é uma das tarefas prioritárias em boa parte do sindicalismo cutista. Aprimorar mecanismos de democracia interna na Central, que garantam os princípios da CUT nas suas entidades, estruturas e instâncias, identificando e solucionando conflitos relativos à estrutura e representação sindical no campo da CUT e de questões estatutárias;

- definir e adotar mecanismos que con-

sideram a correlação de forças política, a estrutura e organização nos sindicatos, federações e entidades nacionais, assim como na CUT Nacional e Estaduais é uma importante estratégia a ser adotada, inclusive nas políticas de filiação de sindicatos à Central;

- aprimorar e intensificar, tanto nas estruturas verticais quanto nas horizontais da CUT, a formulação e adoção de estratégias e ações sindicais, para disputar a hegemonia junto aos trabalhadores, levando especialmente em consideração outras centrais e concepções sindicais, muitas destas surgidas no último período e sem bases sólidas junto aos trabalhadores e a reorganização do peleguismo clássico, formada por antigos defensores do modelo corporativo; ● organizar uma grande campanha nacional de sindicalização, enfatizando políticas para incluir a participação de jovens e mulheres na luta sindical, visto que a CUT, maior central sindical brasileira, estando entre as maiores do mundo, conta apenas com mais de sete milhões de trabalhadores(as) afiliados(as) nos seus sindicatos de base. Portanto, há um amplo espaço de crescimento, tanto em cada categoria como na conquista de entidades para nossa Central;

- implementar uma política nacional de organização dos trabalhadores(as) do setor informal. Apesar de ser um setor que cresceu muito nos últimos quinze anos, nossa Central não desenvolveu uma política permanente para esse setor. Este segmento da classe trabalhadora tem um perfil muito peculiar que desafia as concepções sindicais tradicionais, o que não deve inibir que a CUT faça um balanço das lições sobre as experiências desenvolvidas até aqui;

- retomar e atualizar a luta pela plena liberdade de organização sindical, o que deve incluir a defesa vigorosa do direito à organização nos locais de trabalho e a defesa dos mandatos e organizações frente aos atos patronais anti-sindicais;

- construir uma ofensiva para dar nova visibilidade à CUT, na sociedade em geral e na classe trabalhadora, em especial. Esta diretriz está ligada à política comunicacional da Central e à produção de bens simbólicos que expressem essa identidade (bandeiras, faixas, camisetas, bonés, cartazes, etc.);

- o único antídoto para evitar a dispersão, a fragmentação e o divisionismo é praticar os princípios históricos da CUT de autonomia e independência, do classismo e da democracia;

- estabelecer políticas objetivas de apoio para a organização das oposições na luta em defesa dos trabalhadores, de forma mais permanente e nas disputas das eleições em sindicatos representados por outras centrais;

- retomar um trabalho de formação política da militância de base e das direções sindicais cutistas, para aumentar o contingente de quadros capazes de implementar o projeto cutista;

- concluir o processo de construção do perfil dos ramos para consolidar a Organização por Ramos de Atividade, definindo a composição, delimitação e identidade de cada Ramo, de acordo com o acúmulo organizativo existente e as dinâmicas próprias do capital em cada segmento, superando a estrutura sindical corporativista, dividida em categorias, e avançando no debate da unidade e fusão de entidades nos ramos.



Letras de Músicas





Pra não dizer que não falei das flores

Geraldo Vandré

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Pequena Memória para um Tempo sem Memória

Luiz Gonzaga Júnior

Memória de um tempo onde lutar por seu
direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Julios de Santana
Dessa crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruces sem nomes
Sem corpos, sem datas
Memória de um tempo onde lutar por seu
direito
É um defeito que mata
E tantos são os homens
Por debaixo das manchetes
São braços esquecidos
Que fizeram os heróis
São forças, são suores

Que levantam as vedetes
Do teatro de revista
Que é o país de todos nós
São vozes que negaram
Liberdade concedida
Pois ela é bem mais sangue
Ela é bem mais vida
São vidas que alimentam
Nosso fogo da esperança
O grito da batalha
Quem espera nunca alcança!
êê quando o sol nascer
É que eu quero ver
Quem se lembrará
êê quando amanhecer
É que eu quero ver
Quem recordará
E eu não quero esquecer
Essa legião que se entregou
Por um novo dia
E eu quero é cantar
Essa mão tão calejada
Que nos deu tanta alegria
E vamos à luta

Acorda Amor
Chico Buarque de Hollanda

Acorda, amor
Eu tive um pesadelo agora
Sonhei que tinha gente lá fora,
Batendo no portão
Que aflição

Era a dura, numa multiescura viatura
Minha nossa, santa criatura
Chame, chame, chame, chame o ladrão
Chame o ladrão

Acorda, amor
Não é mais pesadelo nada
Tem gente já no vão de escada
Fazendo confusão
Que aflição

São os homens
E eu aqui de pijama
E eu não gosto de passar vexame
Chame, chame, chame lá, chame o ladrão
Chame o ladrão, chame o ladrão

Se eu demorar uns meses
Convém, às vezes, você sofrer
Mas depois de um ano eu não vindo
Põe a roupa de domingo
E pode me esquecer

Acorda, amor
Que o bicho é brabo e não sossega
Se você corre o bicho pega
Se fica, eu não sei não, atenção

Não demora
Dia desses chega a sua hora
Não discuta à toa, não reclame
Clame, chame, lá, clame, lá, chame, chame,
chame o ladrão
Chame o ladrão, chame o ladrão, chame o
ladrão

Não esqueça a escova, o sabonete e o violão

Cálice
Chico Buarque de Hollanda

Pai, afasta de mim este cálice,
Pai, afasta de mim este cálice,
Pai, afasta de mim este cálice
De vinho, tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa (cale-se)
Melhor seria filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta

(Refrão)

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Deixa eu lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa

Atordoado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa
De muito gorda a porca já não anda (cale-se)
De muito usada a faca já não corta (cale-se)
Como é difícil pai, abrir a porta, (cale-se)
Essa palavra presa na garganta (cale-se)
Esse pileque homérico do mundo (cale-se)
De que adianta ter boa vontade (cale-se)
Mesmo calado o peito, resta a nuca (cale-se)
Dos bêbados do centro da cidade (cale-se)
Talvez o mundo não seja pequeno (cale-se)
Nem seja a vida um fato consumado (cale-se)
Quero inventar o meu próprio pecado (cale-se)
Quero morrer do meu próprio veneno (cale-se)
Quero perder de vez tua cabeça (cale-se)
Minha cabeça perder teu juízo (cale-se)
Quero cheirar fumaça de óleo diesel (cale-se)
Me embriagar até que alguém me esqueça
(cale-se)



Vai Passar

Chico Buarque e Francis Hime

Vai passar nessa avenida um samba popular
Cada paralelepípedo da velha cidade essa
noite vai se arrepiar
Ao lembrar que aqui passaram sambas
imortais
Que aqui sangraram pelos nossos pés
Que aqui sambaram nossos ancestrais
Num tempo página infeliz da nossa história,
passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia a nossa pátria mãe tão distraída
sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações
Seus filhos erravam cegos pelo continente,
levavam pedras feito penitentes
Erguendo estranhas catedrais
E um dia, afinal, tinham o direito a uma

alegria fugaz
Uma ofegante epidemia que se chamava
carnaval,
o carnaval, o carnaval
Vai passar, palmas pra ala dos barões
famintos
O bloco dos napoleões retintos
e os pigmeus do boulevard
Meu Deus, vem olhar, vem ver de perto uma
cidade a cantar
A evolução da liberdade até o dia clarear
Ai que vida boa, o lelê,
ai que vida boa, o lalá
O estandarte do sanatório geral vai passar
Ai que vida boa, o lelê,
ai que vida boa, o lalá

Roda Viva

Chico Buarque

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá

Roda mundo, roda-gigante
Roda-moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a roseira pra lá

Roda mundo (etc.)

A roda da saia, a mulata
Não quer mais rodar, não senhor
Não posso fazer serenata
A roda de samba acabou
A gente toma a iniciativa
Viola na rua, a cantar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a viola pra lá

Roda mundo (etc.)

O samba, a viola, a roseira
Um dia a fogueira queimou
Foi tudo ilusão passageira
Que a brisa primeira levou
No peito a saudade cativa
Faz força pro tempo parar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a saudade pra lá

Roda mundo (etc.)



Filmografia



Eles não usam black-tie:

Leon Hirszman, Brasil, 1981.

Sinopse: Tião, jovem operário, namora Maria, colega de fábrica. Quando toma conhecimento de que ela está grávida, resolve marcar o casamento. Mas as dificuldades do casal são imensas. Nisso, eclode uma greve. Otávio, o pai de Tião, veterano líder sindical, que passou alguns anos na cadeia devido à militância política reprimida pela ditadura militar, adere à greve, mesmo contrariado com a decisão da categoria, que lhe parece precipitada. Participando dos piquetes em frente à fábrica, entra em choque com a polícia, é espancado e preso. O filho, indiferente ao drama do pai e dos colegas, fura a greve. Individualista, acredita à militância do pai a miséria em que sempre viveram. O conflito explode no interior da família e Tião é obrigado a deixar a casa dos pais e o emprego. Maria é adotada pelos futuros sogros, que assumem o nascimento próximo do neto. A repressão à greve provoca uma vítima fatal: Bráulio, líder ligado à Igreja, e o maior amigo de Otávio. O movimento operário tem o seu mártir, que se transforma numa bandeira de lutas.

ABC da greve

Leon Hirszman, Brasil, 1979/1990

Sinopse: Documentário acompanha a greve do ABC de 1979, desde as assembleias dos trabalhadores até as negociações de Lula e das direções sindicais com os empresários que culminam no fim da greve, cujo prejuízo causado aos capitalistas é subsidiado pelo governo. Há cenas belíssimas de metalúrgicos trabalhando nas fábricas e reveladoras relações entre a implantação das indústrias e o surgimento/crescimento das periferias.

A Luta do Povo

Renato Tapajós, Brasil, 1980.

Sinopse: Documentário sobre os protestos populares em São Paulo de 1978 e 1980. A partir da morte do operário Santo Dias da Silva, o filme mostra o Movimento contra a Carestia, o Movimento das Favelas, o Movimento de Saúde, o encontro dos posseiros do Vale da Ribeira, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1980 e as manifestações em 1º de maio de 1980.

Greve

João Batista de Andrade, Brasil, 1979.

Sinopse: Em 1979, metalúrgicos do ABC realizam a greve que inaugurou o chamado novo sindicalismo e estremeceu o moribundo regime militar. Lula e outras lideranças enfrentam também a intervenção federal no sindicato. Entre outras cenas, o filme entrevista e mostra o cotidiano dos operários, documenta as assembleias e entrevista o interventor do sindicato.

O Homem que Virou Suco

João Batista de Andrade, Brasil, 1981

Sinopse: Um poeta popular do Nordeste chega a São Paulo, sobrevivendo apenas de suas poesias e folhetos. Tudo vai muito bem até ele ser confundido com um operário de uma multinacional que matou o patrão em uma festa onde recebeu o título de operário símbolo.

Braços cruzados, máquinas paradas

Roberto Gervitz e Sérgio Segall, Brasil, 1979.

Sinopse: Documentário que retrata a greve dos metalúrgicos da capital paulista em 1978. De um lado, o ex-dirigente Joaquinzão, presidente do sindicato, contra a greve. De outro, a chapa de oposição, integrada, entre outros, por Santo Dias, a favor da greve e disputando a direção da entidade.

Santo e Jesus, metalúrgicos

Cláudio Khans, Brasil, 1983

Sinopse: Documentário sobre os assassinatos dos operários Nelson Pereira de Jesus, em 1978, e de Santo Dias, em 1979. Suas causas e conseqüências mostram a conjuntura do movimento sindical nesse período, que é analisada pelo próprio Santo Dias. O filme oscila entre contar a história dos dois operários assassinados, um pelo patrão e outro pela polícia, e narrar a saga da Oposição Sindical Metalúrgica em sua luta contra pelegos interventores daquele sindicato.

Muda, Brasil

Oswaldo Caldeira, Brasil, 1985

Sinopse: Documentário que analisa a campanha eleitoral de Tancredo Neves à Presidência da República realizada de agosto de 1984 a janeiro de 1985. O filme mostra em detalhes a mobilização estratégica que foi armada pelos meios de comunicação e pela opinião pública para eleger o candidato das oposições pelo Colégio Eleitoral, mobilizando toda nação em uma eleição indireta.

Peões

Eduardo Coutinho, Brasil, 2004.

Sinopse: A história pessoal de trabalhadores da indústria metalúrgica do ABC paulista que tomaram parte no movimento grevista de 1979 e 1980, mas permaneceram em relativo anonimato. Eles falam de suas origens, de sua participação no movimento e dos caminhos que suas vidas trilharam desde então. Exibem suvenires das greves, recordam os sofrimentos e recompensas do trabalho nas fábricas, comentam o efeito da militância política no âmbito familiar, dão sua visão pessoal de Lula e dos rumos do país.

Terra para Rose

Documentário, Tete Moraes, Brasil, 1987

Sinopse: 1985. Nova República, fim da ditadura, a esperança brota país afora. No Rio Grande do Sul, camponeses ocupam a fazenda Anoni, considerada improdutiva. Cerca de 1.500 famílias, mais de 4 mil pessoas. Cansados de esperar pela desapropriação de terras em processos que se arrastavam por décadas, os trabalhadores rurais começam a se organizar. Era o começo do movimento dos sem-terra. Tetê Moraes já presenciara conflitos em torno da terra antes e resolveu documentar este. A Rose do título é a sem-terra que tem o primeiro bebê nascido no acampamento da fazenda Annoni, mas morre em circunstâncias suspeitas. O filme ganhou seis prêmios no Festival de Brasília e dois no Festival de Havana.



A classe operária vai ao paraíso

Elio Petri, Itália, 1971.

Sinopse: Lulu é o mais veloz operário na linha de produção em que trabalha. Apontado pelos patrões como padrão de comportamento, enfrenta resistência dos colegas, pressionados a executar o mesmo ritmo cruel de trabalho. Porém, após sofrer mutilação na máquina, Lulu passa a cortejar a loucura e opta por radicalizar durante uma greve. O paraíso a que se refere o título é uma experiência fugaz.

Araguaya – A Conspiração do Silêncio

Ronaldo Duque, Brasil, 2004

Sinopse: No auge da ideologia da segurança nacional do Exército brasileiro, um partido de esquerda dissidente, militantes (a maioria jovem e inexperiente) e inocentes camponeses travam uma batalha contra o Exército em região onde a ambição e a miséria dominam. É onde também está o Padre Chico, um religioso francês que chegou à região do Araguaia no início dos anos 60. A profunda identificação entre Padre Chico e os moradores fazem com que ele presencie eventos ligados à formação da Guerrilha do Araguaia.

Caparaó

Flávio Frederico, Brasil, 2006

Sinopse: No alto da Serra do Caparaó, divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais, em agosto de 1966, um grupo formado em sua maioria por ex-militares expurgados pelo regime vive em condições precárias na tentativa de preparar o que seria o início de uma grande reação nacional contra o regime militar, instaurado após o golpe de 1964.

Dom Hélder Câmara- O Santo Rebelde

Érika Bauer, Brasil, 2004

Sinopse: Documentário sobre Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife, morto em 1999. O filme enfoca desde sua participação como figura central da ala progressista da Igreja Católica, na década de 1950, criando a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), até suas ações durante a ditadura militar.

Cabra Cega

Drama. Toni Venturi, Brasil, 2005

Sinopse: Cabra-cega é um thriller político. A trama principal trata da relação limite de Tiago e Rosa, dois jovens militantes da luta armada, que vivem o sonho do projeto revolucionário. O pano de fundo é um Brasil amordaçado e sem liberdades democráticas.

Lamarca

Drama. Sérgio Rezende, Brasil, 1994

Sinopse: Crônica dos últimos anos na vida do capitão do exército Carlos Lamarca que, nos anos da ditadura, desertou das forças armadas, e passou a fazer oposição, tornando-se um dos mais destacados líderes da luta armada.

O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias

Drama. Cao Hambúrguer, Brasil, 2006

Sinopse: Os pais de um garoto inesperadamente o deixam com o avô paterno, por terem que fugir devido à repressão da ditadura militar.

O que é isso companheiro?

Drama. Bruno Barreto, Brasil, 1997

Sinopse: Em 1964, um golpe militar deruba o governo democrático brasileiro e, após alguns anos de manifestações políticas, é promulgado em dezembro de 1968 o Ato Constitucional nº 5, que nada mais era que o golpe dentro do golpe, pois acabava com a liberdade de imprensa e os direitos civis. Neste período vários estudantes abraçam a luta armada, entrando na clandestinidade, e em 1969 militantes do MR-8 elaboram um plano para seqüestrar o embaixador dos Estados Unidos (Alan Arkin) para trocá-lo por prisioneiros políticos, que eram torturados nos porões da ditadura militar.

Quase Dois Irmãos

Lúcia Murat, Brasil/Chile/França, 2004

Sinopse: A história começa nos anos 70, quando o país vivia sob a ditadura militar. Assim como os políticos, assaltantes de bancos estavam submetidos à Lei de Segurança Nacional. A ligação é feita por meio de dois personagens, Miguel (um jovem intelectual de classe média, preso político na Ilha Grande e, hoje, um deputado federal) e Jorge (filho de um sambista que, de pequenos assaltos, transformou-se num dos líderes do CV). Amigos na infância e ainda filhos de amigos, Miguel e Jorge se reencontram na prisão, onde cada um representa o grupo ao qual pertence.

O Sol – Caminhando Contra o Vento

Tetê Moraes e Martha Alencar – Brasil, 2006

Sinopse: 1967/68. No Brasil pós-golpe militar e ainda antes do Ato Constitucional nº 5, mais conhecido como AI-5,

nasce no Rio de Janeiro o jornal O Sol. Mesmo tendo vida curta, o jornal faz história representando o espírito da época. Através de material de arquivo, músicas e depoimentos de pessoas que participaram do jornal é mostrada a história da chamada “geração 68”.

Zuzu Angel

Drama. Sérgio Rezende, Brasil, 2006

Sinopse: Zuzu Angel, uma estilista de sucesso que projetou a moda brasileira no mundo. Zuzu Angel, uma mãe quer travou uma luta contra tudo e todos na busca pelo seu filho Stuart. Os anos 70 viram o mundo de pernas para o ar. No Brasil, a carreira de Zuzu Angel (Patrícia Pillar) como estilista começa a deslanchar enquanto seu filho Stuart (Daniel de Oliveira) ingressa no movimento estudantil, contrário à ditadura militar então virgente no país. Stuart é preso, torturado e assassinado pelos agentes do Centro de informações de Aeronáutica, sendo dado como desaparecido político. Inicia-se então o périplo de Zuzu, denunciando as torturas e morte de seu filho. Suas manifestações ecoaram no Brasil, no exterior e em sua moda.

Batismo de Sangue

Drama. Helvécio Rattton, Brasil, 2007

Sinopse: No fim dos anos 60, um convento de frades torna-se um local de resistência contra a ditadura militar. Os freis Tito, Betto, Oswaldo, Fernando e Ivo passam a apoiar o grupo guerrilheiro Ação Libertadora Nacional, comandado por Carlos Marighella. Por isso, ficam na mira das autoridades policiais.



Fotos

As fotos foram retiradas dos sites:

www.abcdeluta.org.br
www.fpa.org.br
www.cut.org.br



GOLPE MILITAR 1964



Exército ocupa as ruas das cidades, reprimindo as manifestações.

1968

Exército no Congresso da UNE em Ibiúna (SP)



Cartaz com fotos de militantes de organizações políticas clandestinas

Votação no Congresso Nacional rejeitando a cassação do deputado Márcio Moreira Alves



Passeata de estudantes no Rio de Janeiro

Exército reprime passeata de apoio à greve dos metalúrgicos de Osasco (SP)



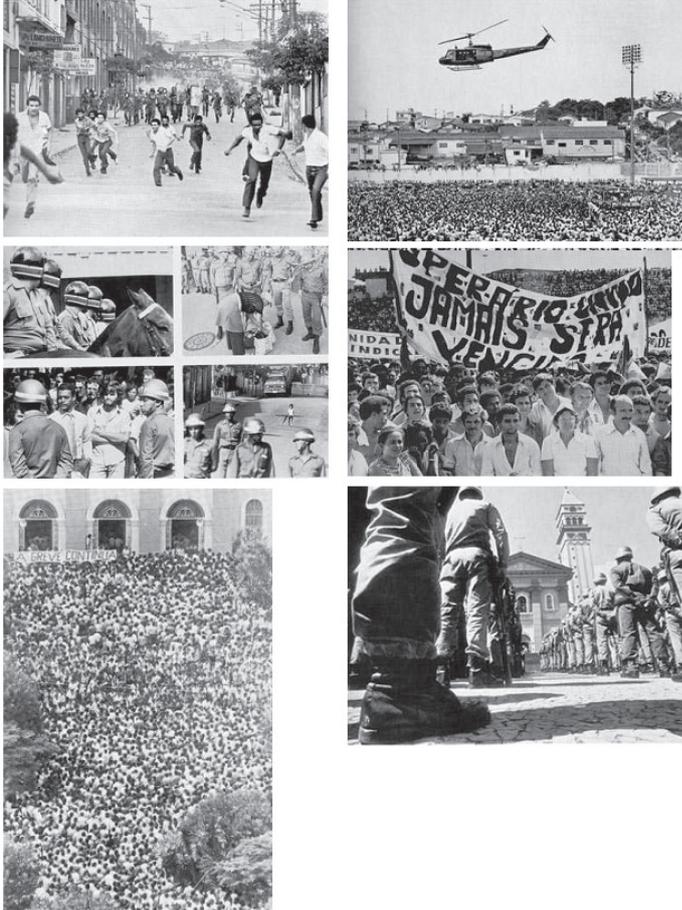
Anúncio do AI-5

Barreiras montadas pelo exército
Enterro do estudante Édson Luís, morte por soldados do exército em confronto no restaurante estudantil Calabouço (RJ)



GREVES DE 1979-1980

Cenas das greves do metalúrgicos do ABC



Greves dos Bancários (SP)
 Greve dos Jornalistas (SP)
 Greve dos professores (APEOESP)

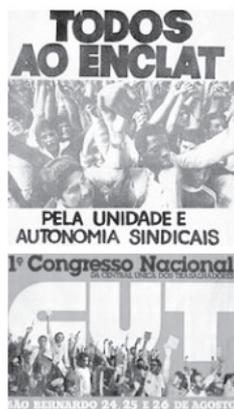




GREVES GERAIS



IMAGENS DA CUT







ESCOLA SINDICAL
SÃO PAULO

